INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO Nº 016/2026-PMPB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026063/2026- PMPB

Objeto:	**Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.**

Fundamento:	**Artigo 74, Inciso III da Lei nº 14.133/2021**

FORMALIZAÇÃO DA NECESSIDADE

Pelo presente instrumento, em atendimento ao inciso I, artigo 18, da Lei 14.133/2021, solicita-se **AUTORIZAÇÃO** para que se proceda com a realização de Estudo Técnico Preliminar, que é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao Termo de Referência a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação.

DADOS DA UNIDADE SOLICITANTE	
NOME	Secretaria Municipal de Administração
CNPJ	05.277.173/0001-75

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Pastos Bons/MA enfrenta uma limitação significativa em sua capacidade institucional para identificar e aproveitar oportunidades de captação de recursos públicos oferecidos pelos governos federal e estadual. A ausência de uma estrutura técnica permanente e padronizada impede o município de acessar de forma eficiente transferências voluntárias, convênios e programas que são essenciais para a execução de políticas públicas. Essa deficiência organizacional e técnica compromete a capacidade do município de elaborar propostas consistentes, cumprir prazos e atender às exigências necessárias para a obtenção desses recursos.

A falta de capacitação específica e de procedimentos padronizados resulta em riscos elevados de perda de oportunidades de financiamento. A apresentação de propostas incompletas ou fora dos padrões exigidos pode levar ao descumprimento de exigências e à baixa conversão dessas propostas em acordos efetivamente celebrados. Isso impacta diretamente a capacidade do município de investir em áreas críticas como infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico e assistência social, aumentando a dependência de recursos próprios e das transferências constitucionais obrigatórias.

Resolver esse problema é de interesse público, pois a melhoria da capacidade de captação de recursos pode resultar em ganhos significativos de eficiência e eficácia na administração municipal. Espera-se que, com a estruturação de processos, capacitação dos servidores e estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação, o município possa aumentar sua capacidade de investimento, melhorar o atendimento à população e reduzir a dependência de recursos limitados. Isso traria benefícios diretos para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável de Pastos Bons.

FOLHAS. Nº 03
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO
José Burnett Pereira da Silva, Lays Ferreira Barros

Pastos Bons - MA, 3 de Agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75
MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE

FOLHAS. Nº 04
PROC. Nº IN016/26
RUBRICA

PORTARIA N.º 03/2025-GAB

"Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma;

RESOLVE:

Art. 1º- **NOMEAR** o senhor **JOSÉ BURNETT PEREIRA DA SILVA, CPF: 293.780.443-87**, para exercer o cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, e dentre suas atribuições, evidenciamos a Ordenação de todas as Despesas da Secretaria Municipal de Administração de acordo com a Legislação.

Art. 2º - Fica o Secretário autorizado a gerir todas as contas da Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda Pública, dentre as atribuições estão: solicitar a abertura de contas, assinar termo de abertura ou encerramento de qualquer tipo de conta, assinar ofícios e/ou requerimentos direcionados as instituições financeiras bancárias, cadastrar e autorizar cadastro de contas de fornecedores, realizar pagamentos de fornecedores e funcionários, solicitar saldos, extratos e comprovantes de quaisquer contas, efetuar todos os tipos de pagamentos, efetuar todos os tipos de transferências, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, cadastrar senhas para uso das contas, solicitar o desbloqueio de senhas quando necessário, cadastrar usuários para acessar o gerenciar financeiro, solicitar saldos e extratos de investimentos, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade ou para titularidades diferentes, solicitar encerramento de contas bancárias, homologar licitações, adjudicar licitaçoes na modalidade pregao quando houver recursos, assinar despachos e decisoes, assinar contrato de abertura de crédito, assinar portarias e ofícios, assinar contratos e convênios, assinar instrumento de convênio e contratos de prestação de serviços, autorizar pagamentos, autorizar abertura de processos licitatórios, celebrar atas de registro de preços e/ou contratos, emitir comprovantes, emitir empenho, ordenar despesas, ratificar dispensa e inexigibilidades, realizar contratações, e demais obrigações administrativas referente a gestão da Secretaria Municipal de Administração e demais transações financeiras inerentes do cargo que ocupa.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, ao primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de 2025.

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320

Assinado de forma digital por ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=27842417000158, ou=AC SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil, cn=ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
Dados: 2025.01.01 18:57:41 -03'00'

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025/2028

Este documento foi PUBLICADO no Diário Oficial do Município-DOM
Em 01/01/2025
Servidor Responsável pela Publicação

Avenida Domingos Sertão, 1000 – São José – CEP: 65.870-000 - Pastos Bons – Maranhão
Telefone: (0xx99) 3555-1245 – E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com

Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
VOL. V - Nº 01029/2025
ISSN – 2965 - 0979
SEXTA – 03 DE JANEIRO DE 2025
EXECUTIVO

SUMÁRIO

FOLHAS. Nº 05
PROC. Nº IN016/25
RUBRICA

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N.º 03/2025-GAB 1
PORTARIA N.º 04/2025-GAB 1
PORTARIA N.º 05/2025-GAB 2
PORTARIA N.º 06/2025-GAB 2
PORTARIA N.º 07/2025-GAB 2
PORTARIA N.º 08/2025-GAB 2

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES ELEITOS NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS (GESTÃO 2025/2028) E E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2025/2026 .. 2

TERCEIROS

SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA

PORTARIA N.º 03/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor JOSÉ BURNETT PEREIRA DA SILVA, CPF: 293.780.443-87, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, e dentre suas atribuições, evidenciamos a Ordenação de todas as Despesas da Secretaria Municipal de Administração de acordo com a Legislação. Art. 2º - Fica o Secretário autorizado a gerir todas as contas da Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda Pública, dentre as atribuições estão: solicitar a abertura de contas, assinar termo de abertura ou encerramento de qualquer tipo de conta, assinar ofícios e/ou requerimentos direcionados as instituições financeiras bancárias, cadastrar e autorizar cadastro de contas de fornecedores, realizar pagamentos de fornecedores e funcionários, solicitar saldos, extratos e comprovantes de quaisquer contas, efetuar todos os tipos de pagamentos, efetuar todos os tipos de transferências, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, cadastrar senhas para uso das contas, solicitar o desbloqueio de senhas quando necessário, cadastrar usuários para acessar o gerenciar financeiro, solicitar saldos e extratos de investimentos, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade ou para titularidades diferentes, solicitar encerramento de contas bancárias, homologar licitações, adjudicar licitações na modalidade pregão quando houver recursos, assinar despachos e decisões, assinar contrato de abertura de crédito, assinar portarias e ofícios, assinar contratos e convênios, assinar instrumento de convênio e contratos de prestação de serviços, autorizar pagamentos, autorizar abertura de processos licitatórios, celebrar atas de registro de preços e/ou contratos, emitir comprovantes, emitir empenho, ordenar despesas, ratificar dispensa e inexigibilidades, realizar contratações, e demais obrigações administrativas referente a gestão da Secretaria Municipal de Administração e demais transações financeiras inerentes do cargo que ocupa. Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, ao primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de 2025. ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 04/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR a senhora VALBEA PEREIRA DA SILVA SOUSA, CPF: 912.480.273-53, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e gerir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, e dentre suas atribuições, evidenciamos a Ordenação as Despesas da Secretaria Municipal de Educação de acordo com a Legislação. Art. 2º - Fica a Secretária autorizada a gerir todas as contas da Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda Pública, e dentre as atribuições estão: solicitar a abertura de contas, assinar termos de aberturas ou encerramentos de qualquer tipo de conta, assinar ofícios e/ou requerimentos direcionados as instituições financeiras bancárias, cadastrar e autorizar cadastro de contas de fornecedores, realizar pagamentos de fornecedores e funcionários, solicitar saldos, extratos e comprovantes de quaisquer contas, efetuar todos os tipos de pagamentos, efetuar todos os tipos de transferências, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, cadastrar senhas para uso das contas, solicitar o desbloqueio de senhas quando necessário, solicitar saldos e extratos de investimentos, emitir comprovantes, solicitar encerramento de contas bancárias, homologar licitações, adjudicar licitações na modalidade pregão quando houver recursos, assinar despachos e decisões, assinar contrato de abertura de crédito, assinar portarias e ofícios, assinar contratos e convênios, assinar instrumento de convênio e contratos de prestação de serviços, autorizar pagamentos, autorizar abertura de processos licitatórios, celebrar atas de registro de preços e/ou contratos, emitir comprovantes, emitir empenho, ordenar despesas, ratificar dispensa e inexigibilidades, realizar contratações, e demais obrigações administrativas referente a gestão da Secretaria Municipal de Administração e demais transações financeiras inerentes do cargo que ocupa. Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, ao primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de 2025. ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Pelo presente instrumento, em atendimento à Lei 14.133/2021, encaminhe-se à consideração do(a) Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Administração, Documento de Formalização da Demanda – DFD para análise e adoção das providências necessárias à abertura do processo de contratação.

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração, CNPJ:05.277.173/0001-75
José Burnett Pereira da Silva,

Objeto
Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.

Justificativa da Necessidade

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aprimorar a capacidade técnica e organizacional do Município de Pastos Bons/MA para identificar, selecionar e acompanhar oportunidades de captação de recursos públicos disponibilizados pelos governos federal e estadual, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

A captação de recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios, programas e instrumentos congêneres exige acompanhamento contínuo das oportunidades, análise dos requisitos de participação, organização documental, elaboração de propostas tecnicamente consistentes, controle de prazos e monitoramento dos procedimentos até a conclusão de cada demanda.

A insuficiência de capacitação específica, de procedimentos padronizados e de acompanhamento sistemático pode ocasionar perda de prazos, apresentação de documentação incompleta, inadequação das propostas e redução das possibilidades de celebração de instrumentos com os órgãos concedentes. Essa limitação interfere na capacidade municipal de obter recursos adicionais para investimentos em infraestrutura, saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico e outras políticas públicas.

Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de solução técnica especializada que contemple diagnóstico institucional, capacitação dos servidores, estruturação e padronização dos processos, mapeamento de oportunidades, monitoramento estratégico, execução assistida de propostas, mentoria técnica e avaliação dos resultados.

A contratação pretende fortalecer a equipe municipal e instituir uma estrutura permanente e organizada de captação de recursos públicos, melhorando a qualidade e a tempestividade das propostas e ampliando a capacidade de planejamento e investimento do Município. Ressalta-se que a aprovação das propostas e a efetiva liberação de recursos dependem dos requisitos dos

respectivos programas e da decisão dos órgãos concedentes, não constituindo obrigação de resultado da futura contratada.

Data Prevista da Demanda
A execução do objeto da presente Demanda deverá ser iniciada na data prevista de 10 de Setembro de 2026.

Alinhamento com o Plano de Contratação Anual

A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026.

Indicação da Equipe de Planejamento
José Burnett Pereira da Silva, Lays Ferreira Barros

Estudo Técnico Preliminar
O presente documento formaliza necessidade fundamentada em Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos do presente procedimento nos termos do inciso I, artigo 18 da Lei 14.133/2021.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO			
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**
1	Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.	Serviços	1

Declaro que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da necessidade do presente documento.

Pastos Bons - MA, 4 de Agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 03/2025

AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO

Fica **AUTORIZADO** a equipe de planejamento a dar início aos trabalhos de estudo e planejamento da com vistas evidenciar o problema a ser resolvido e identificar a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, respeitando-se os critérios mínimos estabelecidos no § 1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, conforme quadro resumo abaixo:

UNIDADE AUTORIZADA	
NOME	Secretaria Municipal de Administração
CNPJ	05.277.173/0001-75

NECESSIDADE OBJETO DO ESTUDO

O Município de Pastos Bons/MA enfrenta uma limitação significativa em sua capacidade institucional para identificar e aproveitar oportunidades de captação de recursos públicos oferecidos pelos governos federal e estadual. A ausência de uma estrutura técnica permanente e padronizada impede o município de acessar de forma eficiente transferências voluntárias, convênios e programas que são essenciais para a execução de políticas públicas. Essa deficiência organizacional e técnica compromete a capacidade do município de elaborar propostas consistentes, cumprir prazos e atender às exigências necessárias para a obtenção desses recursos.

A falta de capacitação específica e de procedimentos padronizados resulta em riscos elevados de perda de oportunidades de financiamento. A apresentação de propostas incompletas ou fora dos padrões exigidos pode levar ao descumprimento de exigências e à baixa conversão dessas propostas em acordos efetivamente celebrados. Isso impacta diretamente a capacidade do município de investir em áreas críticas como infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico e assistência social, aumentando a dependência de recursos próprios e das transferências constitucionais obrigatórias.

Resolver esse problema é de interesse público, pois a melhoria da capacidade de captação de recursos pode resultar em ganhos significativos de eficiência e eficácia na administração municipal. Espera-se que, com a estruturação de processos, capacitação dos servidores e estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação, o município possa aumentar sua capacidade de investimento, melhorar o atendimento à população e reduzir a dependência de recursos limitados. Isso traria benefícios diretos para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável de Pastos Bons.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FOLHAS. Nº 09

José Burnett Pereira da Silva, Lays Ferreira Barros

PROC. Nº m 076/26

RUBRICA

Pastos Bons - MA, 5 de Agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração, 05.277.173/0001-75

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto deste estudo não consta do Plano de Contratações Anual informado pela Organização. O prosseguimento da contratação deverá ser acompanhado de justificativa formal e, quando cabível, da correspondente compatibilização com o planejamento anual.

Equipe de Planejamento
José Burnett Pereira da Silva, Lays Ferreira Barros

Problema Resumido
O Município de Pastos Bons/MA necessita aprimorar sua capacidade institucional para identificar oportunidades, elaborar propostas, acompanhar prazos e captar recursos públicos disponibilizados pelos governos federal e estadual. Atualmente, a ausência de uma estrutura técnica permanente, organizada e padronizada para essas atividades pode limitar o acesso do Município a transferências voluntárias, convênios, programas e outras fontes de financiamento destinadas à execução de políticas públicas.

A captação de recursos exige acompanhamento contínuo dos programas governamentais, análise das condições de participação, organização documental, elaboração de projetos tecnicamente consistentes e cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos. A insuficiência de capacitação específica, de procedimentos padronizados e de monitoramento sistemático aumenta o risco de perda de oportunidades, apresentação de propostas incompletas, descumprimento de exigências e baixa conversão das propostas em instrumentos efetivamente celebrados.

Essa situação pode reduzir a capacidade municipal de obter recursos adicionais para investimentos em infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico, assistência social e demais áreas de interesse público, aumentando a dependência dos recursos próprios e das transferências constitucionais obrigatórias.

Dessa forma, o problema a ser resolvido consiste na insuficiência da capacidade técnica e organizacional do Município para realizar, de maneira contínua, planejada e eficiente, a identificação de oportunidades, a elaboração de propostas e o acompanhamento dos procedimentos relacionados à captação de recursos públicos, sendo necessário estruturar processos, capacitar os servidores responsáveis e estabelecer mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação dos resultados.

FOLHAS. Nº 11 PASTOS BONS
PROC. Nº 11 016/26
RUBRICA

Em atendimento ao art. 18, caput, inciso I, e § 1º da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia o problema a ser resolvido, examina as alternativas disponíveis e avalia a viabilidade técnica e econômica da solução destinada ao atendimento da necessidade administrativa.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Pastos Bons/MA necessita ampliar sua capacidade institucional para identificar, selecionar e acompanhar oportunidades de captação de recursos públicos federais e estaduais. A inexistência de fluxo permanente e padronizado para essas atividades dificulta a organização das informações, a preparação tempestiva de documentos e a elaboração de propostas tecnicamente consistentes.

A captação de recursos por transferências voluntárias, convênios, programas e instrumentos congêneres exige acompanhamento contínuo das oportunidades, análise dos requisitos, definição de responsabilidades, controle de prazos e adequada instrução das propostas. Lacunas de capacitação e de coordenação podem ocasionar perda de prazos, envio de documentação incompleta e redução da capacidade do Município de converter oportunidades em instrumentos celebrados.

Sob a perspectiva do interesse público, o problema consiste na insuficiência da capacidade técnica e organizacional do Município para conduzir essas atividades de maneira contínua, planejada e mensurável. O seu enfrentamento deve fortalecer a equipe municipal, padronizar procedimentos e instituir mecanismos de monitoramento, sem transferir à futura contratada competências decisórias próprias da Administração nem estabelecer garantia de obtenção de recursos, que depende da disponibilidade dos programas e da aprovação pelos órgãos concedentes.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A solução deverá atender, de forma integrada, aos seguintes requisitos mínimos:

- realização de diagnóstico inicial da maturidade institucional do Município em captação de recursos;
- mapeamento e priorização de oportunidades compatíveis com as necessidades e políticas públicas municipais;
- capacitação técnica dos servidores, com carga horária mínima de 40 horas;
- definição e padronização de processos, fluxos, responsabilidades e documentos relacionados à captação de recursos;
- monitoramento sistemático de editais, programas, exigências e prazos durante o período de execução;
- execução assistida de propostas e prestação de mentoria técnica especializada, preservadas as atribuições e decisões dos agentes municipais;

- estabelecimento de indicadores de desempenho e apresentação de relatório final com análise dos resultados, impactos institucionais e financeiros e recomendações para continuidade;
- execução pelo período de 12 meses, conforme cronograma físico-financeiro previamente aprovado;
- disponibilização de equipe com experiência compatível e definição dos canais, horários, modalidades e prazos de atendimento;
- proteção das informações e credenciais eventualmente disponibilizadas pelo Município, com observância da legislação aplicável e vedação de uso para finalidade diversa da execução contratual;
- definição objetiva das entregas, dos quantitativos, das evidências de execução e dos critérios de recebimento e pagamento.

A proposta analisada não prevê expressamente o fornecimento de plataforma ou software próprio. Por esse motivo, tal recurso não integra os requisitos da contratação, salvo se posteriormente detalhado e formalmente incorporado ao escopo.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

O levantamento de mercado considerou alternativas capazes de enfrentar a necessidade identificada, avaliadas quanto à abrangência, à continuidade do apoio e à formação de capacidade interna.

Execução exclusivamente pela equipe municipal

Consiste na organização interna dos fluxos e na realização das atividades pelos servidores existentes. Apresenta menor desembolso externo e maior domínio direto dos processos, mas, no cenário diagnosticado, encontra limitações na ausência de metodologia estruturada, capacitação específica e acompanhamento especializado, podendo demandar maior tempo de implantação.

Capacitação isolada dos servidores

Promove a formação da equipe e favorece a autonomia administrativa. Entretanto, quando contratada de forma isolada, não contempla necessariamente diagnóstico, padronização dos fluxos, acompanhamento de oportunidades, mentoria durante a aplicação prática e avaliação continuada dos resultados.

Consultoria especializada sem transferência estruturada de conhecimento

Pode oferecer resposta técnica mais imediata para identificação de oportunidades e apoio à elaboração de propostas. Como limitação, tende a concentrar a execução no prestador e pode gerar dependência externa caso não inclua capacitação, documentação dos processos e mecanismos de continuidade pela equipe municipal.

Solução integrada de diagnóstico, capacitação, monitoramento e mentoria

Reúne diagnóstico institucional, capacitação, estruturação de processos, acompanhamento sistemático, execução assistida, mentoria e avaliação dos resultados. Embora exija coordenação da equipe municipal ao longo da execução, apresenta maior aderência ao problema por combinar apoio imediato com transferência de conhecimento e criação de capacidade interna permanente.

Após a comparação, a solução integrada mostra-se tecnicamente mais adequada. A proposta ApoiaGov apresentada pelo SEBRAE/MA contempla as etapas essenciais ao longo de 12 meses e prevê cofinanciamento institucional. A escolha definitiva e a forma de contratação permanecem condicionadas à comprovação da adequação do preço, ao detalhamento das entregas e ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A solução escolhida consiste na execução integrada da metodologia ApoiaGov para implantação e acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, pelo período de 12 meses. O serviço deverá combinar desenvolvimento da capacidade interna com assistência técnica aplicada às rotinas municipais.

Fase 1 Diagnóstico e capacitação estruturante

Compreende o diagnóstico da maturidade municipal, o mapeamento estratégico de oportunidades, a capacitação técnica dos servidores com carga horária mínima de 40 horas e a padronização dos processos de captação.

Fase 2 Monitoramento estratégico contínuo

Abrange a identificação e priorização de editais e programas, o acompanhamento sistemático de prazos, a execução assistida de propostas e a mentoria técnica especializada, conforme responsabilidades e limites definidos no instrumento contratual.

Fase 3 Consolidação dos resultados

Inclui análise evolutiva do desempenho, definição e apuração de indicadores de conversão e eficiência, relatório de impacto financeiro e institucional e recomendações para a continuidade das atividades após o encerramento do serviço.

A execução deverá observar cronograma físico-financeiro, produtos verificáveis e critérios de recebimento. A obtenção de recursos e a celebração de instrumentos com órgãos concedentes constituem resultados esperados, e não obrigação de resultado da contratada, por dependerem de fatores externos e da decisão dos concedentes.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unid.**	**R$ Total**
1	Execução da solução ApoiaGov para implantação e acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, compreendendo diagnóstico, capacitação, monitoramento, mentoria e consolidação dos resultados, pelo período de 12 meses.	Serviço	1,00	R$ 8.832,00	R$ 8.832,00
Valor Total					**R$ 8.832,00**

A quantidade de 1 serviço decorre da natureza integrada da solução, cuja execução reúne três fases interdependentes durante 12 meses. O quantitativo e o período têm como suporte o escopo constante da proposta institucional apresentada pelo SEBRAE/MA.

O valor de R$ 8.832,00 corresponde à participação financeira municipal informada na proposta, para projeto com valor global declarado de R$ 58.800,00. Antes da formalização, a proposta deverá ser retificada, pois os valores indicados somam o total do projeto, mas não correspondem exatamente aos percentuais nela registrados: 15% de R$ 58.800,00 equivalem a R$ 8.820,00 e 85% equivalem a R$ 49.980,00.

A estimativa deverá ser complementada pela demonstração de compatibilidade do preço com contratações semelhantes ou outros documentos idôneos, especialmente se adotada contratação direta.

PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada, considerando que os serviços compreendem uma solução técnica integrada, composta por etapas sucessivas e interdependentes de diagnóstico institucional, capacitação dos servidores, mapeamento de oportunidades, padronização dos processos, monitoramento estratégico, mentoria técnica e avaliação dos resultados.

A divisão dessas atividades entre diferentes contratados poderia comprometer a continuidade metodológica, a uniformidade dos procedimentos, o acompanhamento dos indicadores e a responsabilização pelos resultados. As informações produzidas na fase de diagnóstico servirão de base para a capacitação, o monitoramento e a consolidação dos resultados, tornando necessária a atuação coordenada de um único responsável durante os 12 meses de execução.

Desse modo, o parcelamento não se mostra técnica ou economicamente recomendável, pois poderá gerar fragmentação da metodologia, dificuldades de integração, sobreposição de responsabilidades e aumento dos custos administrativos de gestão e fiscalização. A execução conjunta do objeto assegura maior coerência, continuidade e eficiência, sem prejuízo da adequada definição e medição das entregas correspondentes a cada fase.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, o Município pretende alcançar resultados institucionais verificáveis, especialmente:

- diagnóstico documentado da maturidade municipal e das principais lacunas dos processos de captação;
- servidores capacitados, com registro de participação e conclusão da carga horária mínima de 40 horas;
- processos, fluxos, responsabilidades e documentos de apoio formalmente padronizados;
- oportunidades identificadas, priorizadas e acompanhadas de acordo com critérios definidos;
- propostas assistidas e prazos monitorados, com evidências das atividades realizadas;
- indicadores que permitam acompanhar oportunidades identificadas, propostas elaboradas ou apresentadas e instrumentos celebrados;
- maior aproveitamento dos recursos humanos existentes, com redução da dependência de apoio externo para as rotinas ordinárias após a transferência de conhecimento;
- relatório final de desempenho e recomendações para continuidade da estrutura municipal de captação.

Espera-se que esses resultados melhorem a qualidade e a tempestividade das propostas e criem condições para ampliar o acesso a recursos destinados às políticas públicas. A efetiva aprovação das propostas e a liberação de recursos não constituem garantia contratual, pois dependem de disponibilidade orçamentária, requisitos dos programas e decisão dos órgãos concedentes.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Antes da formalização e do início da execução, a Administração deverá:

- obter proposta retificada quanto aos percentuais e valores do cofinanciamento;
- confirmar a razão social, o CNPJ e os dados cadastrais da entidade que celebrará o instrumento;
- aprovar plano de trabalho ou documento equivalente que detalhe fases, atividades, quantitativos, produtos, responsáveis, modalidades de atendimento, cronograma físico-financeiro, condições de pagamento e critérios de recebimento;
- demonstrar a compatibilidade do preço com contratações semelhantes, documentos fiscais ou outros meios idôneos admitidos pela legislação;
- justificar a ausência de previsão no Plano de Contratações Anual e promover a compatibilização com o planejamento, quando cabível;
- confirmar a disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a participação municipal;

- definir a equipe municipal que participará das atividades e disponibilizar as informações e os documentos necessários ao diagnóstico;
- assegurar espaço, equipamentos, acesso à internet e demais condições operacionais necessárias às atividades presenciais ou remotas;
- designar gestor e fiscal, fornecendo-lhes orientação suficiente sobre o escopo, as entregas, as evidências de execução e os procedimentos de recebimento;
- definir regras para acesso a sistemas, documentos e credenciais, observando segurança da informação e proteção de dados;
- concluir o enquadramento jurídico e instruir o processo de contratação com os documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela regulamentação municipal.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da solução. As atividades poderão utilizar a estrutura administrativa, os equipamentos e a conectividade já disponíveis no Município, sem necessidade previamente demonstrada de aquisição de software, equipamentos ou realização de adequações físicas específicas.

Os serviços rotineiros de acesso à internet, suporte de tecnologia da informação e fornecimento de materiais de expediente possuem caráter apenas acessório e não condicionam a contratação. Caso o detalhamento posterior do escopo revele a necessidade de licença de plataforma, equipamento ou serviço adicional não incluído na proposta, essa demanda deverá ser previamente justificada e objeto de planejamento próprio.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Por se tratar predominantemente de serviço técnico de natureza intelectual, com diagnóstico, capacitação, monitoramento, mentoria e elaboração de relatórios, não são esperados impactos ambientais diretos relevantes. Os efeitos potenciais restringem-se ao consumo de energia, uso de papel, deslocamentos e geração ordinária de resíduos durante as atividades.

Como medidas mitigadoras, deverão ser priorizados documentos e comunicações em formato digital, impressão apenas quando necessária e, sempre que compatível com a qualidade da execução, reuniões e atendimentos remotos. Também deverão ser observadas práticas de uso racional de energia, aproveitamento da infraestrutura existente e destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados.

CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que a solução integrada de diagnóstico, capacitação, estruturação de processos, monitoramento, mentoria e consolidação de resultados é adequada ao enfrentamento da insuficiência da capacidade técnica e organizacional do Município na captação de recursos públicos.

A contratação mostra-se tecnicamente viável e potencialmente vantajosa, especialmente pela combinação de apoio especializado, transferência de conhecimento e cofinanciamento institucional. A viabilidade econômica definitiva fica condicionada à correção da proposta financeira, à comprovação da compatibilidade do preço, ao detalhamento das entregas e do cronograma físico-financeiro, à disponibilidade orçamentária e à conclusão do enquadramento jurídico.

Atendidas essas condições, a equipe de planejamento posiciona-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, por considerá-la adequada ao atendimento da necessidade identificada.

Pastos Bons - MA, 10 de agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 03/2025

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração, 05.277.173/0001-75

Equipe de Planejamento
José Burnett Pereira da Silva, Lays Ferreira Barros

Objeto Detalhado
Capacitação e Treinamento de Servidores
Descrição: Programa de capacitação contínua para servidores municipais, focado em técnicas de captação de recursos, elaboração de propostas e gestão de projetos.

Vantagens:

Desenvolvimento de capacidade interna e redução de dependência externa.
Aumento da eficiência e qualidade das propostas.
Potencial de impacto duradouro na administração municipal.
Desvantagens:

Tempo necessário para capacitação e adaptação.
Investimento inicial em programas de treinamento.
Possível resistência à mudança por parte dos servidores.

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	**Improvável**. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	**Rara.** De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	**Possível.** De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	**Provável.** De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	8
Muito Alta	**Praticamente certa.** De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias indicam claramente essa possibilidade	10

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS		
IMPACTO	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixo	**Mínimo** impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	**Pequeno** impacto nos objetivos (idem)	2
Médio	**Moderado** impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	**Significativo** impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	**Catastrófico** impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

MATRIZ DE RISCO

IMPACTO					
MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
	PROBABILIDADE				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Resistência dos servidores à participação efetiva nos treinamentos

Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Médio	Alta

Dano

Baixa adesão ou engajamento reduzido, comprometendo os resultados do programa e dificultando a disseminação das novas práticas pretendidas.

Ações Preventivas	Responsável
Envolvimento dos servidores no planejamento do programa	
Ações de sensibilização e comunicação interna sobre benefícios diretos dos treinamentos	

Ações de Contingência	Responsável
Adaptação do conteúdo e formato dos treinamentos conforme feedback dos participantes	
Estabelecimento de incentivos ou reconhecimento para servidores que se destacarem	

Risco Alto - Inadequação dos conteúdos ou metodologias de treinamento contratados

Etapa	Impacto	Probabilidade
Planejamento / Seleção do Fornecedor	Alto	Média

Dano

Capacitação ineficaz, desperdício do investimento público e possível rejeição dos servidores ao programa.

Ações Preventivas	Responsável
Realização de diagnóstico das necessidades de capacitação dos servidores antes da contratação	
Exigência de demonstrações ou planos detalhados metodológicos na seleção do fornecedor	

Ações de Contingência	Responsável
Revisão contratual para adequação dos conteúdos durante a execução	
Substituição do fornecedor ou contratação adicional especializada, se necessário	

Risco Alto - Descontinuidade do programa de capacitação após mudança de gestão municipal

Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Muito Alto	Média

Dano

Interrupção do desenvolvimento contínuo dos servidores, prejudicando o impacto de longo prazo e investimentos realizados.

Ações Preventivas	Responsável
Formalização de política institucional de capacitação continuada, independente de gestões	
Estabelecimento de mecanismos legais e normativos para a manutenção do programa	

Ações de Contingência	Responsável
Articulação com órgãos de controle e conselhos municipais para preservação do programa	

Mobilização da sociedade civil e servidores para defesa da continuidade

ETP nº 040/2026 - Capacitação e Treinamento de Servidores
Descrição: Programa de capacitação contínua para servidores municipais, focado em técnicas de captação de recursos, elaboração de propostas e gestão de projetos.

Vantagens:

Desenvolvimento de capacidade interna e redução de dependência externa.
Aumento da eficiência e qualidade das propostas.
Potencial de impacto duradouro na administração municipal.
Desvantagens:

Tempo necessário para capacitação e adaptação.
Investimento inicial em programas de treinamento.
Possível resistência à mudança por parte dos servidores.

Pastos Bons - MA, 11 de Agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

FOLHAS. Nº 02
PROC. Nº 11 026/26
RUBRICA

AUTUAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

No uso de minhas atribuições, autuo o presente **Processo Administrativo sob o nº 2026063/2026**, no dia **11 de Agosto de 2026** que tem por finalidade Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA..

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

FOLHAS. Nº 23
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

DESPACHO PARA COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao
Departamento de Cotação de Preços
Prefeitura **Municipal de Pastos Bons**

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE MERCADO COM VISTAS AO ESTABELECIMENTO DE PREÇOS DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO AO INCISO IV DO ARTIGO 18 DA LEI 14.133/2021.

Prezados,

Solicitamos que seja realizado estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, nos termos do inciso IV, artigo 18 da Lei 14.133/2021, respeitando-se os critérios estabelecidos no Termo de Referência encaminhado junto com o Documento de Formalização de Demanda pelo Setor Requisitante.

O procedimento de levantamento de preços de mercado deverá respeitar os critérios do art. 23 da Lei 14.133/2021 e no regulamento deste órgão.

Concluído as solicitações acima, devolva-se os autos para análise e providências necessárias ao devido andamento do Processo.

Pastos Bons - MA, 12 de Agosto de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

DESPACHO

À Secretaria Municipal de Administração
José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração

Em atenção a vossa Solicitação para realização de Pesquisa de Preços de Mercado, para Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., informo que todas as solicitações foram devidamente atendidas.

Em observância ao que estabelece a Lei 14.133/2021, em seu art. 23, § 1º, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública, informa-se que os procedimento de pesquisa de preços foram realizados na seguinte conformidade:

FONTES UTILIZADAS (Art. 23, §1º, Lei 14.133/21)

1. Análise dos contratos apresentados

Documento	Objeto	Valor	Aproveitamento
Contrato SEBRAE – Santa Rita/MA	Implantação do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, por meio da solução ApoiaGov, durante 12 meses	R$ 11.498,00	Comparável: objeto idêntico
Contrato nº 004.001/2026 – São João dos Patos/MA	Consultorias e capacitações destinadas às micro e pequenas empresas	R$ 14.662,50	Correlato, mas não idêntico
Contrato nº 006/2026 – SECTI/MA	Locação do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana	R$ 100.288,50	Não comparável

Contrato nº 078/2026 – Santa Luzia do Paruá/MA	Seminário para empreendedores rurais, com carga horária de 60 horas	R$ 21.000,00	Não comparável
Contrato nº 192/2026 – Balsas/MA	Projeto Cidade Empreendedora – Ciclo 2025/2026	R$ 358.875,00, sendo R$ 179.437,50 do Município	Correlato para capacidade técnica; inadequado para comparação direta de preço
Contrato nº 507/2026 – São Luís/MA	Cota de patrocínio para participação na Feira do Empreendedor SEBRAE 2026	R$ 300.000,00	Não comparável

FOLHAS Nº 25
PROC. Nº 076/26
RUBRICA

A proposta de Pastos Bons prevê participação municipal de R$ 8.832,00. Em relação ao contrato idêntico de Santa Rita/MA, no valor de R$ 11.498,00, a proposta para Pastos Bons é R$ 2.666,00 menor, representando uma redução aproximada de 23,19%.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS, DO PREÇO PROPOSTO E DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

1. Objeto

Contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE/MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, para implantação e acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, por meio da solução ApoiaGov, no Município de Pastos Bons/MA.

2. Fundamentação da pesquisa de preços

A pesquisa de preços foi realizada com a finalidade de verificar a compatibilidade e a razoabilidade do valor proposto pelo SEBRAE/MA, bem como instruir o processo de contratação direta, em atendimento aos arts. 23 e 72, incisos II, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo de contratação direta, compreendendo os casos de dispensa e inexigibilidade, deverá ser instruído, entre outros documentos, com a estimativa da despesa, a razão da escolha do contratado e a justificativa do preço.

Nos termos do art. 23, § 4º, da mesma Lei, nas contratações diretas por inexigibilidade ou dispensa, quando não for possível estimar o valor pelos parâmetros ordinários, o contratado deverá

comprovar previamente que os preços estão de acordo com aqueles praticados em contratações semelhantes, por meio de notas fiscais emitidas para outros contratantes ou por outro meio idôneo. Lei nº 14.133/2021

Considerando que a solução ApoiaGov possui metodologia própria e será executada pelo SEBRAE/MA, a pesquisa foi realizada mediante análise dos preços praticados pelo futuro contratado em ajustes celebrados com outros entes públicos.

3. Metodologia e análise crítica dos documentos

Durante a pesquisa foram localizados seis contratos celebrados com o SEBRAE/MA. Entretanto, após análise dos respectivos objetos, verificou-se que apenas o contrato celebrado com o Município de Santa Rita/MA possui objeto efetivamente idêntico à contratação pretendida por Pastos Bons/MA.

O referido contrato tem por objeto a implantação do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, por meio da solução ApoiaGov, pelo período de 12 meses, no valor de R$ 11.498,00.

Por sua vez, a proposta apresentada ao Município de Pastos Bons/MA estabelece o valor total do projeto em R$ 58.800,00, com participação financeira municipal no valor nominal de R$ 8.832,00.

Assim, quando comparada ao contrato idêntico de Santa Rita/MA, a participação financeira proposta para Pastos Bons/MA é R$ 2.666,00 inferior, correspondendo a uma redução aproximada de 23,19%.

Os contratos de São João dos Patos/MA e Balsas/MA envolvem atividades de consultoria, capacitação e desenvolvimento institucional e, embora possam ser utilizados como elementos complementares para demonstrar a experiência e a capacidade técnica do SEBRAE/MA, possuem escopo, abrangência e valores distintos, razão pela qual não foram utilizados no cálculo direto do preço estimado.

Os contratos nº 006/2026, nº 078/2026 e nº 507/2026 possuem objetos relacionados, respectivamente, à locação de espaço físico, realização de seminário e contratação de cota de patrocínio. Esses objetos não possuem equivalência suficiente com a solução ApoiaGov e, portanto, foram desconsiderados na comparação do preço.

A exclusão desses valores evita distorções e atende ao dever de análise crítica dos preços pesquisados, pois a comparação deve considerar objetos idênticos ou semelhantes de mesma natureza, com equivalência de escopo, período, complexidade e condições de execução.

4. Justificativa do preço

A proposta apresentada pelo SEBRAE/MA contempla a implantação e o acompanhamento da solução ApoiaGov durante 12 meses, compreendendo diagnóstico institucional, capacitação dos servidores, estruturação e padronização dos processos, identificação de oportunidades, monitoramento estratégico, execução assistida de propostas, mentoria técnica, avaliação de

desempenho e consolidação dos resultados.

O valor total informado para o projeto é de R$ 58.800,00, cabendo ao Município de Pastos Bons/MA a participação financeira nominal de R$ 8.832,00, enquanto a parcela remanescente será suportada pelo SEBRAE/MA.

O valor proposto ao Município mostra-se compatível e vantajoso quando comparado ao contrato de Santa Rita/MA, de objeto idêntico e igual período de execução, celebrado pelo valor de R$ 11.498,00.

A diferença favorável a Pastos Bons/MA é de R$ 2.666,00, equivalente a aproximadamente 23,19% do preço praticado na contratação utilizada como referência.

O preço também se mostra proporcional à abrangência, ao período de execução, à natureza intelectual dos serviços, à necessidade de disponibilização de equipe técnica especializada e aos produtos previstos no Termo de Referência.

Dessa forma, conclui-se que o valor de R$ 8.832,00:

- encontra respaldo em contratação anterior de objeto idêntico;
- é inferior ao preço praticado pelo mesmo fornecedor no contrato de referência;
- está compatível com o escopo e com os 12 meses de execução;
- não apresenta indícios de sobrepreço;
- e representa condição economicamente favorável ao Município.

A metodologia está de acordo com o art. 23, § 4º, e o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. O TCU também reconhece que, nas inexigibilidades, a justificativa do preço pode ser realizada mediante comparação da proposta com os preços praticados pelo futuro contratado em contratos de objeto idêntico ou semelhante. Orientações do TCU

5. Fundamentação da inexigibilidade

A contratação pretendida envolve serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, abrangendo consultoria técnica, planejamento institucional, capacitação, treinamento, mentoria e acompanhamento da equipe municipal.

Esses serviços enquadram-se, em princípio, no art. 74, inciso III, alíneas "c" e "f", da Lei nº 14.133/2021:

- alínea "c": assessorias ou consultorias técnicas;
- alínea "f": treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A inexigibilidade, contudo, não decorre exclusivamente do fato de o SEBRAE/MA possuir reconhecida atuação institucional. É necessário demonstrar, concretamente, que:

- o objeto possui natureza técnica predominantemente intelectual;
- o SEBRAE/MA possui notória especialização;
- a metodologia e a experiência do contratado são essenciais e reconhecidamente

adequadas à plena satisfação do objeto;
- e não existem critérios objetivos suficientes para promover uma comparação competitiva entre soluções e prestadores.

O TCU orienta que a inexigibilidade do art. 74, III, depende desses três elementos: natureza técnica e intelectual do serviço, notória especialização do contratado e demonstração de que sua atuação é imprescindível à satisfação da necessidade administrativa. A mera preferência pelo fornecedor não é suficiente. Manual de Licitações e Contratos do TCU

6. Razão da escolha do SEBRAE/MA

A escolha do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE/MA encontra-se amparada na compatibilidade de suas finalidades institucionais com o objeto, na experiência acumulada, na estrutura organizacional disponível e na metodologia específica da solução ApoiaGov.

A solução apresentada não corresponde à simples disponibilização de mão de obra ou à execução de atividades administrativas rotineiras. Trata-se de intervenção técnica estruturada, envolvendo diagnóstico, transferência de conhecimento, capacitação, padronização de processos, orientação estratégica, execução assistida e acompanhamento continuado.

A notória especialização do SEBRAE/MA deverá ser demonstrada nos autos mediante:

- estatuto ou ato constitutivo;
- histórico institucional;
- portfólio de projetos executados;
- atestados de capacidade técnica;
- contratos anteriores;
- qualificação da equipe responsável;
- descrição da metodologia ApoiaGov;
- estrutura técnica e operacional disponível;
- e demais documentos apresentados pela instituição.

Os contratos de Santa Rita/MA, São João dos Patos/MA e Balsas/MA demonstram experiência anterior na execução de projetos de consultoria, capacitação e desenvolvimento institucional perante administrações públicas. O contrato de Santa Rita/MA comprova, especificamente, a execução anterior da própria solução ApoiaGov.

A escolha também se justifica porque o SEBRAE/MA:

- desenvolveu e aplica a metodologia da solução ApoiaGov;
- possui experiência comprovada em projetos de desenvolvimento territorial e institucional;
- dispõe de estrutura e equipe técnica compatíveis com as atividades;
- apresentou proposta técnica adequada à necessidade de Pastos Bons/MA;
- apresentou documentação de habilitação compatível;
- e ofereceu valor inferior ao contrato de objeto idêntico utilizado como referência.

Portanto, a escolha não decorre de preferência imotivada, mas da demonstração de que a experiência, a metodologia, a organização e a capacidade técnica do SEBRAE/MA são reconhecidamente adequadas à execução do objeto.

FOLHAS. Nº 29
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

7. Conclusão

Diante dos elementos analisados, conclui-se que:

1. A pesquisa de preços foi realizada mediante contratos efetivamente celebrados pelo futuro contratado.
2. O contrato de Santa Rita/MA constitui o principal parâmetro, por possuir objeto idêntico e prazo de execução de 12 meses.
3. O valor de R$ 8.832,00 proposto a Pastos Bons/MA é aproximadamente 23,19% inferior ao valor de R$ 11.498,00 praticado no contrato de referência.
4. Os contratos de São João dos Patos/MA e Balsas/MA podem ser utilizados como elementos complementares de experiência e capacidade técnica, mas não para comparação matemática direta dos preços.
5. Os contratos nº 006/2026, nº 078/2026 e nº 507/2026 devem ser excluídos da planilha comparativa de preços, por não possuírem objetos equivalentes.
6. O preço proposto mostra-se compatível, razoável e vantajoso para o Município.
7. A escolha do SEBRAE/MA encontra-se tecnicamente justificada por sua experiência, metodologia, estrutura e capacidade institucional.
8. A contratação poderá ser enquadrada, mediante manifestação jurídica, como inexigibilidade fundamentada no art. 74, inciso III, alíneas "c" e "f", combinado com o § 3º do mesmo artigo e com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

O valor previamente estimado da presente contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados as fontes pesquisadas e as quantidades a serem contratadas, na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.	Serviços	1	R$ 8.832,00	R$ 8.832,00
Valor Total					**R$ 8.832,00**

Pastos Bons - MA, 14 de Agosto de 2026

Portanto, a escolha não decorre de preferência imotivada, mas da demonstração de que a experiência, a metodologia, a organização e a capacidade técnica do SEBRAE/MA são reconhecidamente adequadas à execução do objeto.

FOLHAS. Nº 30
PROC. Nº JM 016/26
RUBRICA

7. Conclusão

Diante dos elementos analisados, conclui-se que:

1. A pesquisa de preços foi realizada mediante contratos efetivamente celebrados pelo futuro contratado.
2. O contrato de Santa Rita/MA constitui o principal parâmetro, por possuir objeto idêntico e prazo de execução de 12 meses.
3. O valor de R$ 8.832,00 proposto a Pastos Bons/MA é aproximadamente 23,19% inferior ao valor de R$ 11.498,00 praticado no contrato de referência.
4. Os contratos de São João dos Patos/MA e Balsas/MA podem ser utilizados como elementos complementares de experiência e capacidade técnica, mas não para comparação matemática direta dos preços.
5. Os contratos nº 006/2026, nº 078/2026 e nº 507/2026 devem ser excluídos da planilha comparativa de preços, por não possuírem objetos equivalentes.
6. O preço proposto mostra-se compatível, razoável e vantajoso para o Município.
7. A escolha do SEBRAE/MA encontra-se tecnicamente justificada por sua experiência, metodologia, estrutura e capacidade institucional.
8. A contratação poderá ser enquadrada, mediante manifestação jurídica, como inexigibilidade fundamentada no art. 74, inciso III, alíneas "c" e "f", combinado com o § 3º do mesmo artigo e com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

O valor previamente estimado da presente contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados as fontes pesquisadas e as quantidades a serem contratadas, na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R$ Unit.	R$ Total
1	Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.	Serviços	1	R$ 8.832,00	R$ 8.832,00
Valor Total					**R$ 8.832,00**

Pastos Bons - MA, 14 de Agosto de 2026

Elisângela Noleto de Souza
Diretora Dep. de Compras
Portaria nº 36/2025

SEBRAE

FOLHAS. Nº 31
PROC. Nº M 016/26
RUBRICA

Proposta de Implementação: Centro de Excelência em Captação de Recursos (ApoiaGov)

Ao Senhor

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito Municipal de Pastos Bons - MA

Prezado Prefeito,

O **Sebrae**, com sua trajetória de mais de 50 anos na promoção do empreendedorismo, apresenta a Vossa Excelência uma proposta estratégica voltada ao **Desenvolvimento Territorial** de Pastos Bons: a implantação do **Centro de Excelência em Captação de Recursos Públicos – Solução ApoiaGov**.

Nossa atuação junto ao Poder Público visa fortalecer o **ambiente empreendedor municipal** por meio de uma gestão técnica e eficiente na captação de investimentos. Entendemos que o desenvolvimento de um território ocorre quando o município possui suporte financeiro para modernizar sua infraestrutura e fomentar políticas públicas que estimulem o surgimento e a sustentabilidade de pequenos negócios.

A solução **ApoiaGov** atua como um braço técnico para viabilizar o acesso a recursos federais e estaduais, garantindo que o município tenha os meios necessários para impulsionar sua economia local e elevar a competitividade regional.

Certos de sua visão estratégica para o futuro de Pastos Bons, a **Gerência Regional do Sebrae de Presidente Dutra e** coloca-se à disposição para o detalhamento técnico desta parceria e a definição das etapas de implementação.

Atenciosamente,

Allan Kennedy Gomes Silva
Gerente Regional – Sebrae
UN Presidente Dutra

Hildenê Maria Saraiva Maia
Gerente Sebrae
Unidade de Empreendedorismo Territorial

FOLHAS. Nº 32
PROC. Nº M 076/26
RUBRICA

PROPOSTA DE PARCERIA INSTITUCIONAL

Implantação do Centro de Excelência em Captação de Recursos Públicos

Solução ApoiaGov – Territórios Empreendedores

SEBRAE/MA + Prefeitura de Pastos Bons

1. Apresentação

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA apresenta ao Município de Pastos Bons a proposta de implantação do **Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos**, por meio da solução ApoiaGov.

A iniciativa tem como objetivo estruturar de forma permanente a gestão da captação de recursos federais e estaduais, ampliando a capacidade de investimento do município e fortalecendo a governança pública.

2. Contexto e Oportunidade

O cenário nacional demonstra grande volume de recursos disponibilizados pela União por meio de convênios e transferências voluntárias. Entretanto, a taxa média de conversão de propostas em convênios firmados ainda é baixa, especialmente nos municípios que não possuem estrutura técnica especializada.

Esse contexto representa uma oportunidade estratégica para Pastos Bons:

- Estruturar método permanente de captação;
- Aumentar a assertividade das propostas;
- Reduzir riscos de inadimplência;
- Elevar a maturidade institucional;
- Ampliar investimentos em políticas públicas.

3. Objetivo da Parceria

Implantar uma estrutura técnica organizada e monitorada de captação de recursos, transformando oportunidades em investimentos concretos para o desenvolvimento econômico e social do município.

FOLHAS. Nº 33
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

4. Escopo da Solução

A metodologia será desenvolvida em três fases integradas ao longo de 12 meses:

FASE 1 – Diagnóstico e Capacitação Estruturante

- Diagnóstico da maturidade municipal;
- Mapeamento estratégico de oportunidades;
- Capacitação técnica (40h);
- Padronização de processos de captação.

FASE 2 – Monitoramento Estratégico Contínuo

- Identificação e priorização de editais;
- Acompanhamento sistemático de prazos;
- Execução assistida de propostas;
- Mentoria técnica especializada.

FASE 3 – Consolidação de Resultados

- Análise evolutiva de desempenho;
- Indicadores de conversão e eficiência;
- Relatório de impacto financeiro e institucional;
- Recomendações estratégicas para continuidade.

5. Modelo de Investimento

Considerando o porte populacional de Pastos Bons (15.000 a 30.000 habitantes), o investimento previsto é:

Valor total do projeto: R$ 58.800,00

Modelo de Cofinanciamento

Parceiro	Percentual	Valor
SEBRAE/MA	85%	R$ 49.968,00
Prefeitura de Pastos Bons	15%	R$ 8.832,00
Total	**100%**	**R$ 58.800,00**

SEBRAE

FOLHAS. Nº 34
PROC. Nº 1N 016/26
RUBRICA

O investimento poderá ser operacionalizado conforme cronograma físico-financeiro a ser pactuado entre as partes.

6. Resultados Esperados

- Ampliação significativa do volume de propostas qualificadas;
- Aumento da taxa de conversão em convênios firmados;
- Redução de perdas por descumprimento de prazos;
- Fortalecimento da governança municipal;
- Maior previsibilidade orçamentária;
- Consolidação de uma política permanente de captação de recursos.

7. Diferencial Estratégico

A solução ApoiaGov transforma a captação de recursos em processo estruturado, monitorado e mensurável, elevando a eficiência administrativa e ampliando a capacidade de investimento público.

Trata-se de uma solução estratégica que posiciona Pastos Bons em novo patamar de competitividade institucional na disputa por recursos federais.

8. Próximos Passos

- Aprovação institucional da proposta;
- Formalização do Termo de Adesão;
- Definição da equipe municipal responsável;
- Início do diagnóstico técnico.

9. Considerações Finais

O SEBRAE-MA reafirma seu compromisso com o fortalecimento institucional e o desenvolvimento territorial sustentável, colocando-se à disposição para construção conjunta desta agenda estratégica.

Estamos prontos para apoiar Pastos Bons-MA na consolidação de uma gestão pública mais eficiente, estratégica e orientada a resultados.

ESTATUTO SOCIAL DO SEBRAE/MA

FOLHAS. Nº 35
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

TÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS DA ENTIDADE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1° - O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por este Estatuto, doravante designada simplificadamente neste instrumento como SEBRAE/MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, localizado na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, bairro do Jaracaty, CEP 65.076-820, São Luís, Maranhão.

Art. 2° - O SEBRAE/MA tem sede e foro no Estado do Maranhão.

Art. 3° - O prazo de duração do SEBRAE/MA é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II
DA ATUAÇÃO, FINALIDADES, E CONDIÇÕES DE VINCULAÇÃO AO SISTEMA SEBRAE

Art. 4° - A atuação do SEBRAE/MA limita-se ao território do Estado do Maranhão.

Art. 5º - O SEBRAE/MA, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos_campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente, da capacitação gerencial e da assistência social; promover a educação, a cultura empreendedora e a disseminação de conhecimento sobre empreendedorismo, mediante a execução de ações condizentes:

I. com as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, atos, resoluções, programas e projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, órgão e entidade esses doravante designados simplificadamente neste instrumento como CDN e SEBRAE respectivamente;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

II. com as resoluções editadas pela Diretoria Executiva do SEBRAE; e

III. com a legislação pertinente, aplicável ao Sistema SEBRAE.

§ 1º – O SEBRAE/MA poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços intrinsecamente ligados aos seus objetivos, desde que os resultados auferidos sejam aplicados na manutenção das atividades previstas neste Estatuto.

§ 2º – Para fins deste Estatuto, considera-se Sistema SEBRAE o sistema composto por uma unidade nacional coordenadora – o SEBRAE – e por unidades operacionais vinculadas, localizadas em cada um dos Estados da Federação e no Distrito Federal, conforme definido no Estatuto do SEBRAE.

§ 3º – A vinculação do SEBRAE/MA ao Sistema SEBRAE depende da homologação deste Estatuto pelo CDN.

Art. 6º - Relativamente a seus objetivos institucionais, forma e meios de atuação, estrutura básica de gestão, composição e competências dos órgãos que integram sua estrutura básica, eleição, reeleição ou destituição dos dirigentes, características dos mandatos, não remuneração dos membros dos órgãos colegiados, atendimento de quórum mínimo para determinadas deliberações, observância de disposições aprovadas pelo CDN sobre políticas, diretrizes e prioridades orçamentárias, controle finalístico das atividades, finanças, contabilidade, prestação de contas, licitação, pessoal e ao processo eleitoral, o SEBRAE/MA obriga-se a cumprir os princípios sistêmicos estabelecidos no Estatuto do SEBRAE.

Art. 7º - O SEBRAE/MA submete-se ao poder de correição do CDN.

TÍTULO II
DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I
DOS ASSOCIADOS INSTITUIDORES

Art. 8º - O SEBRAE/MA tem como associadas as seguintes entidades:

I. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-NA;

II. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

FOLHAS. Nº 37
PROC. Nº 16/26
RUBRICA

III. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão – FECOMERCIO;

IV. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI;

V. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio – SEINC;

VI. Universidade Federal do Maranhão – UFMA;

VII. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão – FAEMA;

VIII. Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Maranhão – FCDL;

IX. Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM;

X. Banco do Nordeste do Brasil SA – BNB;

XI. Associação Comercial do Maranhão – ACM;

XII. Caixa Econômica Federal – CAIXA;

XIII. Banco do Brasil SA – BB;

XIV. Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Brasil – CEAPE;

XV. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Art. 9º - Os associados:

I. não respondem isolada ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo SEBRAE/MA;

II. não são obrigados a contribuir com prestações periódicas para o custeio de suas atividades, nem são titulares de quota ou fração ideal do seu patrimônio;

III. tem o dever de observar este Estatuto os regimentos internos do SEBRAE/MA.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 10 – A estrutura básica do SEBRAE/MA é composta pelos seguintes órgãos:

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

I. Conselho Deliberativo Estadual, doravante designado simplificadamente por sua sigla CDE;

II. Diretoria Executiva, doravante designada simplificadamente por sua sigla DIREX;

III. Conselho Fiscal, doravante designado simplificadamente por sua sigla CF;

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art. 11 – O CDE é o órgão colegiado de direção superior, que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/MA.

Art. 12 – O CDE é composto por quinze (15) conselheiros titulares e respectivos suplentes, pessoas físicas capazes civilmente, representantes de cada uma das entidades associadas do SEBRAE-MA, relacionadas no art. 8º deste Estatuto.

§ 1º - Os conselheiros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelas entidades associadas, a quem representarão no CDE, e cumprirão o mandato de quatro (4) anos, sem remuneração, permitida a recondução, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º - Os suplentes substituirão os conselheiros titulares em seus afastamentos e impedimentos temporários.

§ 3º - Os conselheiros titulares e respectivos suplentes exercerão pessoalmente suas atribuições, não lhes sendo permitido se fazer representar por procuradores ou prepostos.

§ 4º - Retirada a indicação, pelo associado representado, ou findo o prazo do mandato, cessa, de pleno direito, a participação no CDE do titular ou de seu respectivo suplente.

§ 5º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se o conselheiro destituído exercer cumulativamente a Presidência do CDE, far-se-á eleição extraordinária para imediato preenchimento do cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

§ 6º - O Presidente do CDE, enquanto detiver a condição de conselheiro titular representante da entidade que o indicou, terá mandato de quatro (4) anos consecutivos, sem remuneração, vedada a recondução.

§ 7º - Havendo vacância do cargo de Presidente do CDE, ou impedimento definitivo de seu respectivo titular, reconhecidos pelo órgão, far-se-á eleição extraordinária para preenchimento do cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto, no prazo de até trinta dias.

§ 8º – Nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 7º deste artigo, enquanto não for realizada a eleição extraordinária e empossado o eleito, o Vice-Presidente, interinamente, assumirá a Presidência. Não havendo Vice-Presidente, a Presidência será temporariamente exercida pelo conselheiro mais antigo ou, no caso de empate, pelo de maior idade.

Art. 13 – Compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos do SEBRAE/MA:

I. eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde, no mínimo, de 08 (oito) conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim;

II. eleger, com o voto concorde, no mínimo, de oito (8) conselheiros, o Diretor Superintendente, e os demais Diretores do SEBRAE/MA e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim;

III. destituir "ad nutum" ou em decorrência da representação de que trata o § 7º deste artigo, com o voto concorde, de no mínimo onze (11) conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente;

IV. aprovar a discriminação das áreas de atuação setorial dos membros da Diretoria Executiva, salvo se esta matéria já estiver contida no Regimento Interno do SEBRAE/MA;

V. fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

VI. elaborar e aprovar o Regimento Interno do próprio CDE;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

VII. aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal;

VIII. aprovar o Regimento Interno do SEBRAE/MA, consoante proposta da Diretoria Executiva;

IX. decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, em consonância com as deliberações do CDN para o Sistema SEBRAE;

X. aprovar o Plano Plurianual e Orçamento, bem como as alterações que se fizerem necessárias, a serem encaminhadas ao CDN, para que este, após consolidação e inserção de tais peças nas propostas do Plano Plurianual e de Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, os aprove, observados o Direcionamento Estratégico e as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Plano Plurianual e Orçamento Anual definidos pelo CDN;

XI. aprovar as prestações de contas do SEBRAE/MA que deverão estar instruídas, no mínimo, com os elementos previstos no art. 31 deste Estatuto;

XII. designar os representantes do SEBRAE/MA em órgãos colegiados de instituições nacionais, observada a competência de que trata o art. 21, inciso VIII, deste Estatuto;

XIII. estabelecer, mediante Resolução específica, regras sobre o processo de eleição de seu Presidente, do Diretor-Superintendente e demais Diretores dos membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, observadas as normas que a respeito o CDN tiver baixado;

XIV. aprovar a celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

XV. aprovar viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do próprio CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados, assim como estabelecer normas a respeito dessas viagens, aplicáveis inclusive aos empregados e consultores externos do SEBRAE/MA;

XVI. aprovar o Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação de desempenho e os benefícios do SEBRAE/MA, bem como aprovar os reajustes salariais;

XVII. aprovar as propostas de alienação ou de oneração de bens imóveis;

XVIII. decidir sobre a aceitação de doação com encargos;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

XIX. decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, treze (13) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;

XX. decidir sobre os pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, dispondo a respeito da concessão, ou não, de remuneração, quando se tratar de casos de suspensão e/ou interrupção do contrato de trabalho, limitados pelo quanto dispõe a legialação vigente;

XXI. fiscalizar a execução das ações, projetos, programas e convênios, a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE, do SEBRAE/MA e das resoluções do CDN e da Diretoria-Executiva do SEBRAE;

XXII. deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, inclusive no tocante à administração da entidade, com o voto concorde de, no mínimo, onze (11) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim, submetendo-as à homologaçao do CDN.

XXIII. apresentar ao CDN proposições fundamentadas, relacionadas com a integridade, eficácia, e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;

XXIV. interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de no mínimo 08 (oito) conselheiros.

§ 1º - O CDE reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou de três (3) conselheiros.

§ 2º - As convocações do CDE serão efetuadas por via postal, fax ou por meios eletrônicos, desde que seja possível confirmar a recepção do instrumento de convocação, com antecedência mínima de sete (7) dias, sendo que, nos casos de eleição de seu Presidente, dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, este prazo será de, no mínimo, quinze (15) dias.

§ 3º - As reuniões do CDE serão realizadas com a presença de, no mínimo, oito (8) conselheiros, salvo quando necessário quorum superior.

§ 4º - As deliberações do CDE serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes, salvo quando este Estatuto exigir quorum qualificado.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

§ 5º - O Presidente do CDE, além do voto normal, terá, no caso de empate nas deliberações, voto de qualidade, salvo naquelas em que este Estatuto exigir quorum qualificado.

§ 6º - Além dos requisitos gerais que tenham sido estabelecidos neste Estatuto, o CDE deverá exigir que os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal comprovem previamente sua experiência técnica e idoneidade moral, mediante a apresentação das informações, certidões e/ou documentos que especificar.

§ 7º - Tendo ciência da prática de atos de improbidade administrativa ou de malversação de recursos da entidade; ou de incapacidade civil; ou de manifesta incompetência gerencial; ou de clara insubordinação às deliberações expressas do CDE ou de condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, relativamente aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, qualquer dos conselheiros poderá representar perante o colegiado, solicitando ao seu Presidente a convocação de reunião, nos termos do inciso III deste artigo, para apreciação da procedência da representação e, se for o caso, para destituição do responsável ou responsáveis.

§ 8º - As deliberações do CDE serão fundamentadas, podendo seu Presidente, ou qualquer conselheiro, solicitar prévia manifestação, escrita ou oral, da Diretoria Executiva, de técnicos do SEBRAE/MA, de órgãos de assessoramento ou de consultores externos do órgão a respeito da matéria em discussão.

§ 9º - O CDE não poderá apreciar propostas a ele submetidas se as mesmas não contiverem os elementos necessários à deliberação, inclusive, se for o caso, a estimativa dos recursos envolvidos.

§ 10 - Nas hipóteses previstas no § 7º deste artigo, assegurar-se-á o direito de defesa perante o próprio CDE, em instância única, mediante procedimento próprio, disciplinado pelo órgão, adotando-se como paradigma o que dispuser o Regimento Interno do CDN.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

§ 11 – No caso de extinção do SEBRAE/MA, os seus bens serão destinados à entidade sem fins econômicos ou lucrativos, que se dedique a atividades semelhantes e que atenda as condições legais para gozo de imunidade tributária ou, na falta desta, à União.

§ 12 – As licitações promovidas e os contratos firmados pelo SEBRAE/MA reger-se-ão pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pelo CDN.

§ 13 - As empresas de auditoria independente que prestem serviços ao SEBRAE/MA reportar-se-ão ao CDE.

§ 14 – Os órgãos de auditoria interna do SEBRAE/MA deverão encaminhar ao Presidente do CDE cópias do inteiro teor de seus relatórios de inspeção e pareceres.

§ 15 - As deliberações do CDE terão natureza assembleiar, serão registradas em ata, podendo esta ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas ou protestos escritos sejam também arquivados na Secretaria do CDE.

§ 17 – As deliberações do CDE poderão ser objeto de Resolução ou de decisão subscrita por seu Presidente.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO FISCAL

Art. 14 – O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira.

§ 1º - O Conselho Fiscal compõe-se de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, eleitos pelo CDE dentre pessoas físicas capazes civilmente, diplomados em curso de nível universitário, residentes no País, indicadas pelas entidades instituidoras do SEBRAE/MA, que comprovem previamente sua experiência técnica e idoneidade moral, para exercício de um mandato de quatro (4) anos consecutivos, sem remuneração, permitida a recondução.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal são demissíveis "ad nutum" ou em face de representação na forma prevista no inciso III, do art. 13, deste Estatuto.

§ 3º - Não pode participar do Conselho Fiscal do SEBRAE/MA, empregado do seu quadro efetivo ou temporário; pessoa que tenha assento em outros colegiados da

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

entidade; que seja indicada pelo associado instituidor que detenha a Presidência do CDE ou que seja cônjuge dos seus dirigentes ou parente destes até o terceiro grau.

Art. 15 – Compete ao Conselho Fiscal:

I. eleger o seu Presidente;

II. elaborar proposta de seu Regimento Interno e submetê-lo ao CDE;

III. examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE/MA;

IV. emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDE solicitar;

V. emitir parecer, quando solicitado pelo CDE, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis.

VI. acompanhar a implantação, se for o caso, de medidas relacionadas com as recomendações da empresa de auditoria independente que presta serviço ao Sistema Sebrae e de órgão de controle externo.

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo CDE.

§ 2º - O Conselho Fiscal, a depender de solicitação sua, será subsidiado:

I. pelas áreas de contabilidade e de auditoria do SEBRAE/MA no acompanhamento de questões inerentes ao controle externo;

II. pela empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE;

CAPÍTULO IV
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16 – A Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/MA.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha, s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

Art. 17 – Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições cometidas por este Estatuto:

I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Plano Plurianual, as regras estabelecidas nas Diretrizes para elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, bem como as políticas, diretrizes e prioridades aprovadas pelo CDE, assim como as resoluções do CDN e da Diretoria Executiva do SEBRAE, estas últimas no que seja aplicáveis pelo SEBRAE/MA;

II. promover a articulação interinstitucional e definir padrões para as ações de atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte;

III. elaborar a proposta de Regimento Interno do SEBRAE/MA e submetê-lo à aprovação do CDE;

IV. expedir e cumprir as respectivas normas internas de funcionamento e operação, consoante o disposto neste Estatuto e no que dispuser o Regimento Interno do SEBRAE/MA;

V. elaborar e submeter à aprovação do CDE proposta de Plano Plurianual e Orçamento Anual, e respectivas alterações;

VI. elaborar e submeter à aprovação do CDE, os relatórios de acompanhamento e avaliações semetrais, relativamente aos instrumentos de ação administrativa previstas no inciso I deste artigo;

VII. executar o Orçamento do SEBRAE/MA;

VIII. aprovar os planos de trabalho e orçamentos das áreas de supervisão de cada uma das diretorias;

IX. buscar a captação de recursos de fontes não previstas expressamente neste Estatuto, a fim de ampliar as ações do SEBRAE/MA;

X. submeter à aprovação do CDE a realização de viagens ao exterior de serviço, estudo ou representação, de diretores ou convidados;

XI. elaborar proposta do Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação e desempenho e os benefícios do SEBRAE/MA, submetendo a matéria ao CDE;

XII. manifestar-se, quando solicitada, sobre questões de competência do CDE;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

XIII. comunicar ao CDE a ocorrência de irregularidades no SEBRAE/MA;

XIV. executar atribuições conexas e correlatas que lhe forem confiadas pelo CDE.

Art. 18 – A Diretoria Executiva do SEBRAE/MA será composta por um (1) Diretor-Superintendente, um (1) Diretor Técnico e um (1) Diretor de Administração e Finanças, eleitos pelo CDE para um mandato de quatro (4) anos consecutivos, demissíveis "ad nutum" ou em face de representação, de acordo com o inciso III, do art. 13 deste Estatuto, conforme o caso, permitida a recondução.

§ 1º - Ocorrendo vacância em qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, o CDE escolherá o substituto, que completará o mandato.

§ 2º - Nos casos de afastamento temporário, os membros da Diretoria Executiva substituir-se-ão entre si, devendo ser informado a respeito o Presidente do CDE quando se tratar da substituição do Diretor-Superintendente.

Art. 19 – O Regimento Interno do SEBRAE/MA definirá as áreas sujeitas à coordenação e supervisão do Diretor-Superintendente e dos demais Diretores.

Art. 20 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo Diretor-Superintendente.

§ 1º - As decisões serão tomadas por maioria simples.

§ 2º - Excepcionalmente, as reuniões poderão realizar-se com a presença de apenas dois membros da Diretoria Executiva, sendo um deles o Diretor-Superintendente, ou quem o estiver substituindo temporariamente, hipótese em que as decisões serão tomadas por unanimidade.

§ 3º - As decisões da Diretoria Executiva serão registradas em ata, podendo esta ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das decisões tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas e protestos escritos sejam igualmente arquivados.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

FOLHAS. Nº 47
PROC. Nº 111 016/26
RUBRICA

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

SEÇÃO I
DO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art. 21 – Compete ao Presidente do CDE:

I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões do CDE, baixando os atos e Resoluções pertinentes;

II. convocar, preparar e presidir as reuniões do CDE e elaborar a pauta dos trabalhos do órgão;

III. representar o CDE perante a administração pública e a sociedade civil;

IV. receber dos conselheiros que integram o CDE, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e de outros órgãos os documentos e propostas passíveis de serem submetidos à apreciação do CDE;

V. designar, dentre os demais conselheiros titulares do CDE, o Vice-Presidente do Colegiado que, em seus impedimentos temporários e ausências, exercerá, de pleno direito, suas atribuições, ressalvadas a prerrogativa de exercer o voto de qualidade, de que trata o § 5º do Art. 13;

VI. acompanhar, fiscalizar e orientar das ações, projetos, programas e convênios a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE/MA;

VII. convocar os membros da Diretoria Executiva, técnicos, empregados ou assessores do SEBRAE/MA, consultores ou convidados a participar das reuniões do CDE, para acompanhar seus trabalhos, prestar contas, esclarecer questões, oferecer subsídios, realizar palestras ou apresentar propostas, sugestões, projetos ou pareceres;

VIII. indicar ao CDE, dentre os dirigentes, servidores ou conselheiros, os representantes do SEBRAE/MA nos órgãos colegiados de instituições nacionais, observado o disposto no inciso XII, do Art. 13 deste Estatuto;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

IX. autorizar a admissão de pessoal, respeitado o que dispuser o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários aprovados pelo CDE;

X. designar o Secretário das reuniões do CDE, dentre os empregados lotados na Presidência desse colegiado, e prover as funções de confiança da estrutura de seu gabinete;

XI. decidir, ad referendum do CDE, quando o recomende a urgência, sobre:

a) alterações do Orçamento Anual do SEBRAE/MA;

b) celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos, com organismos e entidades internacionais ou estrangeiras;

c) pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, e sobre a concessão, ou não, de remuneração, quando se tratar de suspensão do contrato de trabalho;

d) viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados do SEBRAE/MA;

e) quaisquer outras situações emergenciais que recomendem decisão cautelar, desde que se trate de matéria relevante, relacionada com a integridade do Sistema SEBRAE e cujo retardamento possa ocasionar dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 1º – As decisões do Presidente do CDE previstas no inciso XI deste artigo serão obrigatoriamente submetidas à homologação do CDE na primeira reunião subseqüente às mesmas.

§ 2º - Caso as decisões mencionadas no parágrafo anterior sejam revogadas ou alteradas pelo CDE, o que somente poderá ocorrer mediante o voto concorde de, no mínimo, oito (08) conselheiros, cabe ao colegiado regular as relações jurídicas delas decorrentes.

SEÇÃO II
DO DIRETOR SUPERINTENDENTE

Art. 22 – Compete ao Diretor-Superintendente:

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das Resoluções do CDN e do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/MA, nos termos do art. 17 deste Estatuto.

II. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III. baixar as resoluções aprovadas pela Diretoria Executiva;

IV. coordenar as ações operacionais desenvolvidas nas áreas de atuação setorial dos demais Diretores;

V. decidir sobre a demissão e demais atos de movimentação de pessoal, bem como processar a admissão, observados art. 13, inciso XVI, e art. 21, inciso IX deste Estatuto;

VI. prover as funções de confiança previstas na estrutura operacional do SEBRAE/MA, observado o disposto no inciso IX e X do art. 21 deste Estatuto;

VII. supervisionar e coordenar, em conjunto com os demais Diretores, a elaboração das propostas que devam ser submetidas ao CDE, em especial as previstas nos incisos VIII, X, XI, XVI e XVII do art. 13 deste Estatuto;

VIII. representar o SEBRAE/MA, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, ressalvados os casos em que o Estatuto exija a assinatura de outro Diretor;

IX. assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e quaisquer instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receita, na prestação de garantia ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos.

Parágrafo único – Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, Diretor-Superintendente poderá delegar suas atribuições a outros diretores ou ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

FOLHAS. Nº 50
PROC. Nº m 016/96
RUBRICA

SEÇÃO III
DOS DIRETORES

Art. 23 – Compete aos Diretores:

I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções do CDN e do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE, e do próprio SEBRAE/MA, nos termos do art. 17 deste Estatuto;

II. participar das reuniões da Diretoria Executiva, podendo solicitar ao Diretor Superintendente que as convoque;

III. planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as ações das unidades funcionais sob sua supervisão;

IV. indicar ao Diretor Superintendente as pessoas que exercerão as funções de confiança das unidades funcionais sob sua supervisão;

V. submeter à apreciação da Diretoria Executiva o seu plano anual de trabalho e correspondente orçamento, bem como suas eventuais alterações;

VI. apresentar à Diretoria Executiva o relatório de acompanhamento semestral das unidades funcionais sob sua supervisão;

VII. acompanhar a execução físico-financeira do Orçamento Anual do SEBRAE/MA;

VIII. assinar, em conjunto com o Diretor-Superintendente, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e demais instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receitas, na prestação de garantias ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos;

IX. substituir o Diretor Superintendente nos casos de afastamento ou impedimento temporário, observado o disposto no art. 18, § 2º, deste Estatuto.

Parágrafo único – Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, o diretor poderá delegar suas atribuições ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

FOLHAS. Nº 51
PROC. Nº m 076/26
RUBRICA

TÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E DO REGIME FINANCEIRO

CAPÍTULO I
DO PATRIMÔNIO

Art. 24 – Constituem patrimônio do SEBRAE/MA, além dos bens e direitos e eventualmente pertencentes ao extinto CEAG/MA, os bens doados à entidade ou por ela adquiridos por força de suas atividades, bem como os resultados econômico-financeiros que venham a ser obtidos.

Art. 25 – O SEBRAE/MA goza de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive em relação a seus associados instituidores.

Art. 26 – Os bens e direitos do SEBRAE/MA destinar-se-ão exclusivamente à consecução de seus objetivos, admitida a utilização de uns e outros para obtenção de rendimentos, que serão obrigatoriamente aplicados nas atividades e finalidades previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO II
DOS RENDIMENTOS E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 27 – Constituem rendimentos do SEBRAE/MA:

I. os valores que lhe sejam transferidos pelo SEBRAE, oriundos da arrecadação do adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas as entidades de que trata o art. 10, do Decreto-Lei nº 2.318 de 30 de dezembro de 1986, conforme estabelecido no art. 8º, § 3º, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores, e em outras fontes de receita;

II. as subvenções e auxílios financeiros;

III. o produto da prestação dos seus serviços e fornecimento de bens;

IV. o produto da aplicação dos seus bens patrimoniais e financeiros;

V. as doações recebidas; e;

VI. outras rendas de origens diversas.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

Art. 28 – Os recursos do SEBRAE/MA, seja qual for sua natureza, independentemente da fonte, serão aplicados integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, superávits ou resultados, a qualquer título.

Art. 29 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 30 – As propostas de Orçamento Anual e Plano Plurianual deverão ser apresentadas pela Diretoria Executiva, ao CDE, dentro do prazo fixado pelo CDN nas Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.

Art. 31 – A prestação de contas anual, elaborada pela Diretoria Executiva, será encaminhada ao CDE, para apreciação, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, acompanhada de pareceres do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema Sebrae.

Parágrafo único. A prestação de contas prevista no caput conter:

I. relatório de gestão estratégica;

II. relatório de gestão administrativa;

III. balanço patrimonial;

IV. demonstração de resultados do exercício

V. demonstrativo da execução orçamentária;

VI. demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União;

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 32 – O Presidente e os demais membros do CDE, os membros do Conselho Fiscal, o Diretor-Superintendente, os Diretores e os membros da administração superior do SEBRAE/MA não são responsáveis, isolada ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela entidade.

Art. 33 – O Presidente e os demais membros do CDE, e os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

Art. 34 – Para fins de ajustamento ao que deliberar o CDN, nos termos do art. 35 do Estatuto do SEBRAE, o presente Estatuto deverá ser alterado para possibilitar a inclusão no quadro de associados do SEBRAE/MA, com direito à participação no CDE, de três (03) entidades cujos estatutos prevejam como exclusivo objeto a representação das microempresas e empresas de pequeno porte, com atuação no Estado do Maranhão, respectivamente nas seguintes áreas:

I. da indústria;

II. do comércio e serviços e;

III. da produção agrícola.

§ 1º - Na hipótese de que trata este artigo, caso sejam admitidos os associados ali referidos, o quórum mínimo para realização das reuniões e dos diversos tipos de quórum qualificado de votação do CDE, conforme previsto neste Estatuto, serão adaptados ao número de membros daquele colegiado, mantidas as mesmas proporções estabelecidas neste Estatuto.

§ 2º - A adaptação que trata o parágrafo anterior poderá ser efetuada por Resolução do CDE.

§ 3º - Caso se apure, em face da adaptação de que trata o § 1º deste artigo, números fracionados, a Resolução adotará os números inteiros superiores àqueles.

Art. 35 – É vedado aos membros do CDE ocupar cargos na Diretoria Executiva e vice-versa.

§ 1º - Não podem participar do CDE, empregado do SEBRAE/MA, cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros da Diretoria Executiva;

§ 2º - Não podem participar da Diretoria Executiva, cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros do CDE;

§ 3º - A vedação prevista no § 1º somente se aplica nos casos do empregado no exercício do cargo, emprego ou função no SEBRAE/MA, excluindo-se dessa vedação aqueles que, mesmo conservando o vínculo funcional, estejam prestando serviços a outros órgãos, com a concordância do SEBRAE/MA.

Art. 36 – Este Estatuto após a sua aprovação pelo CDE e averbação no cartório competente, deverá ser homologada pelo CDN.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

Art. 37 – O presente Estatuto consolidado entra em vigor a partir do seu registro no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de São Luís/MA, revogadas as disposições em contrário.

São Luís, 28 de março de 2023.

Celso Gonçalo de Sousa
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MA

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926NXSFO7CSKWE4AF87, 08/08/2023 10:43:01, Ato: 15.1, Parte(s): SEBRAE/PJ75661. Total R$ 37,20 Emol R$ 33,62 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926SCEPNQ3P4IYS8571, 08/08/2023 10:43:23, Ato: 15.9.1, Parte(s): SEBRAE/PJ75661. Total R$ 89,24 Emol R$ 80,41 FERC R$ 2,41 FADEP R$ 3,21 FEMP R$ 3,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926TFPSS0LL0XM05L11, 08/08/2023 10:43:51, Ato: 15.9.2, Parte(s): SEBRAE/PJ75661. Total R$ 392,07 Emol R$ 353,43 FERC R$ 10,50 FADEP R$ 14,07 FEMP R$ 14,07 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV0299264DRCBHURR3ADMJ99, 08/08/2023 10:44:03, Ato: 15.22, Parte(s): SEBRAE/PJ75661. Total R$ 132,44 Emol R$ 119,68 FERC R$ 3,62 FADEP R$ 4,62 FEMP R$ 4,62 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CENTRO EMPRESARIAL VINICIUS DE MORAES, LOJA 04 - CALHAU
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 1780 registrado em microfilme nº 75661 deste cartório, e
São Luís, 08 AGO. 2023 Tayane Dourado

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Tayane Santiago Dourado
Escreventes

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

QUADRO DE CONTROLE DAS REVISÕES DO ESTATUTO SOCIAL DO SEBRAE/MA

Revisão	Data	Descrição das Alterações
1	25/3/2010	– Altera o período de mandato do presidente e conselheiros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva. Título V – Das disposições gerais, transitórias e finais, artigos. 36, 37, 38 e 39.
2	28/4/2022	– Alteração do art. 5º - Objetivo; – Ajuste do art. 8º - atualização dos nomes das instituições-membros do CDE; – Exclusão do art. 34, seus incisos e parágrafos; – Transferência para o corpo do Estatuto o que dispõe o art. 36, 37, 38 e 39, das "Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais" (Título V), sobre mandato do presidente e conselheiros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva.
3	28/3/2023	– Ajuste após análise e parecer da Assessoria Jurídica do Conselho Deliberativo Nacional (CDN), com as seguintes recomendações: – Retorno ao texto original do inciso II do art. 5º; inciso III do art. 9º; e art. 16; – Reinclusão e manutenção do texto original do art. 34, seus incisos e parágrafos.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Prof. Carlos Cunha,s.n. - Jaracaty São Luís - MA CEP : 65076-820
Tel.: 98.3216-6166 Fax: 98.3216-6146
www.sebrae.com.br

FOLHAS. Nº 56

PROC. Nº 111 016/26

RUBRICA

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA
CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL – CDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 90524

ADITIVO AO TERMO DE POSSE

Pelo presente Aditivo ao Termo de Posse, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Resolução CDN nº 550, de 26 de novembro de 2024, **MAURO BORRALHO DE ANDRADE**, inscrito no **CPF nº 467.241.923-15**, investido na função de **Diretor Técnico** do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA, conforme Termo de Posse de **02 de janeiro de 2023**, o fim do seu mandato fica alterado de **31 de dezembro de 2026 para 31 de março de 2027**, reafirmando publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas atribuições e obrigações, conforme os Diplomas Legais do SEBRAE.

O presente Aditivo ao Termo de Posse é assinado pelo Diretor Superintendente que teve o mandato aditado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/MA.

São Luís (MA), 23 de setembro de 2025.

Celso Gonçalo de Sousa
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MA

Mauro Borralho de Andrade
Diretor Superintendente do SEBRAE/MA

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRFNOT029926HKJNKBVB4QLPYW12, 25/02/2026 16:25:07, Ato: 15.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90524, Total R$ 42,60 Emol R$ 38,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926GM8O28VMYP2OQO71, 25/02/2026 16:25:32, Ato: 15.9.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90524, Total R$ 102,15 Emol R$ 91,20 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,65 FEMP R$ 3,65 FERRFIS R$ 0,91 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926997HM6MEKR11UYU60, 25/02/2026 16:25:41, Ato: 15.22, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90524, Total R$ 6,92 Emol R$ 6,17 FERC R$ 0,19 FADEP R$ 0,25 FEMP R$ 0,25 FERRFIS R$ 0,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 1760 - 90524 deste cartório e registrado sob o nº
São Luís, 25 FEV 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
AVALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº 02
PROC. Nº 076/26
RUBRICA

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA
CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL – CDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 90523

ADITIVO AO TERMO DE POSSE

Pelo presente Aditivo ao Termo de Posse, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Resolução CDN nº 550, de 26 de novembro de 2024, **ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO**, inscrito no CPF nº 458.780.804-00, investido na função de Diretor Superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA, conforme Termo de Posse de **02 de janeiro de 2023**, o fim do seu mandato fica alterado de **31 de dezembro de 2026 para 31 de março de 2027**, reafirmando publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas atribuições e obrigações, conforme os Diplomas Legais do SEBRAE.

O presente Aditivo ao Termo de Posse é assinado pelo Diretor Superintendente que teve o mandato aditado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/MA.

São Luís (MA), 23 de setembro de 2025.

Celso Gonçalo de Sousa
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MA

Albertino Leal de Barros Filho
Diretor Superintendente do SEBRAE/MA

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029281GGUIVDPJ6HNT051, 26/02/2026 16:24:19. Ato: 15.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90523, Total R$ 42,60 Emol R$ 38,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926OFSTHOMZCU2WMU19, 25/02/2026 16:24:39, Ato: 15.9.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90523, Total R$ 102,15 Emol R$ 91,20 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,65 FEMP R$ 3,65 FERRFIS R$ 0,91 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926Q1WZBUMQES11BA06, 25/02/2026 16:24:46, Ato: 15.22, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90523, Total R$ 8,92 Emol R$ 6,17 FERC R$ 0,19 FADEP R$ 0,26 FEMP R$ 0,26 FERRFIS R$ 0,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 1760 - 90523 deste cartório e registrado sob o nº
São Luis, 25 FEV 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº 58
PROC. Nº 111 076/26
RUBRICA

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA
CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL – CDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 90525

ADITIVO AO TERMO DE POSSE

Pelo presente Aditivo ao Termo de Posse, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Resolução CDN nº 550, de 26 de novembro de 2024, **ÉDILA NEVES DA SILVA**, inscrito(a) no **CPF nº 820.858.113-53**, investida na função de **Diretora de Administração e Finanças** do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA, conforme Termo de Posse de **02 de janeiro de 2023**, o fim do seu mandato fica alterado de **31 de dezembro de 2026 para 31 de março de 2027**, reafirmando publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas atribuições e obrigações, conforme os Diplomas Legais do SEBRAE.

O presente Aditivo ao Termo de Posse é assinado pelo Diretor Superintendente que teve o mandato aditado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/MA.

São Luís (MA), 23 de setembro de 2025.

Celso Gonçalo de Sousa
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MA

Édila Neves da Silva
Diretor Superintendente do SEBRAE/MA

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926HVLLAFMXDTK4FI52, 25/02/2026 16:26:15, Ato: 15.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90525, Total R$ 42,60 Emol R$ 38,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA02902615431.5VZ9O3M9406, 25/02/2026 16:26:35, Ato: 15.9.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90525, Total R$ 102,15 Emol R$ 91,20 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,65 FEMP R$ 3,65 FERRFIS R$ 0,91 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV02902621V9DRM9MW4QWE51, 25/02/2026 16:26:43, Ato: 15.22, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90525, Total R$ 8,92 Emol R$ 8,17 FERC R$ 0,19 FADEP R$ 0,25 FEMP R$ 0,25 FERRFIS R$ 0,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 1763 - 90525 deste cartório e registrado sob o nº
São Luís, 25 FEV 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
AI IDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº 59
PROC. Nº 10.076/26
RUBRICA

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA
CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL – CDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 90522

ADITIVO AO TERMO DE POSSE

Pelo presente Aditivo ao Termo de Posse, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Resolução CDN nº 550, de 26 de novembro de 2024, **CELSO GONÇALO DE SOUSA**, inscrito(a) no CPF nº 095.049.403-82, investido(a) na função de Presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA, conforme Termo de Posse de **02 de janeiro de 2023**, o fim do seu mandato fica alterado de **31 de dezembro de 2026** para **31 de março de 2027**, reafirmando publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas atribuições e obrigações, conforme os Diplomas Legais do SEBRAE.

O presente Aditivo ao Termo de Posse é assinado pelo Presidente com o mandato ora aditado.

São Luís (MA), 23 de setembro de 2025.

Celso Gonçalo de Sousa
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MA

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT02692610CHA8VLL5200012, 25/02/2026 16:22:35, Ato: 16.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90522, Total R$ 42,60 Emol R$ 38,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926X10APCMINMMPNA53, 25/02/2026 16:23:04, Ato: 15.9.1, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90522, Total R$ 102,16 Emol R$ 91,20 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,65 FEMP R$ 3,65 FERRFIS R$ 0,91 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV0290261D07HKVSID4URK86, 25/02/2026 16:23:50, Ato: 15.22, Parte(s): SEBRAE-MA/PJ-90522, Total R$ 6,92 Emol R$ 6,17 FERC R$ 0,19 FADEP R$ 0,25 FEMP R$ 0,25 FERRFIS R$ 0,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 1760 - 90522 deste cartório e registrado sob o nº
São Luís, 25 FEV 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
AVIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Voltar | Imprimir

FOLHAS. Nº 60
PROC. Nº 1n 016/26
RUBRICA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.053.847/0001-10

Razão social: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA

Endereço: AV PROFESSOR CARLOS CUNHA SN NAZARE/ JARACATY / SAO LUIS / MA / 65076-820

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/08/2026 a 15/09/2026

Certificação Número: 2026081702530128383790

Informação obtida em 18/08/2026 15:52:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

FOLHAS. Nº 61
PROC. Nº 111 076/26
RUBRICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA
CNPJ: 06.053.847/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:10:05 do dia 17/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/09/2026.
Código de controle da certidão: **9DAC.12F0.6E03.F330**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FOLHAS. Nº 62
PROC. Nº 11 016/26
RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 058248/26 **Data da Certidão:** 09/06/2026 10:49:28

CPF/CNPJ CONSULTADO: **06053847000110**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 07/09/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/06/2026 10:49:28

FOLHAS. Nº 63
PROC. Nº IN 016/26
RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 145589/26 **Data da Certidão:** 09/06/2026 10:50:39

CPF/CNPJ 06053847000110 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 07/09/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/06/2026 10:50:39

CERTIFICADO
1020260092110541

FOLHAS. Nº 04
PROC. Nº 11.016/26
RUBRICA

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00014194742026

Validade: **10/01/2027**

Certificamos que, verificando os registros da secretaria municipal da fazenda, constatamos existir, nesta data, pendências cadastradas na inscrição da pessoa jurídica descrita abaixo, as quais estão com exigibilidade suspensa, conforme o disposto no artigo 151 do ctn e nos artigos 80 e 81, da lei 6.289, de 28/12/2017, ressalvado o direito de a fazenda pública municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 06.053.847/0019-40	**Inscrição Municipal:** 29760012
Razão Social: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
829979900 – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHAO	
Número: SN	**Complemento:** SN
Bairro: CALHAU	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65074220

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **14 de julho de 2026 as 18:47**, sob o código de autenticidade nº **48B9539DEF61BE8F909B6C2D686647DB**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

FOLHAS. Nº 65
PROC. Nº 11 016/26
RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 058248/26 **Data da Certidão:** 09/06/2026 10:49:28

CPF/CNPJ CONSULTADO: **06053847000110**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 07/09/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/06/2026 10:49:28

CERTIFICADO
1020260092110541

FOLHAS. Nº 66
PROC. Nº 16/26
RUBRICA

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00014194712026

Validade: **10/01/2027**

Certificamos que, verificando os registros da secretaria municipal da fazenda, constatamos existir, nesta data, pendências cadastradas na inscrição da pessoa jurídica descrita abaixo, as quais estão com exigibilidade suspensa, conforme o disposto no artigo 151 do ctn e nos artigos 80 e 81, da lei 6.289, de 28/12/2017, ressalvado o direito de a fazenda pública municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 06.053.847/0016-05	**Inscrição Municipal:** 31798000
Razão Social: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
829979900 – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE	
Número: S/N	**Complemento:** ALTOS, SITIO RANGEDOR
Bairro: CALHAU	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65074220

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **14 de julho de 2026 as 18:46**, sob o código de autenticidade nº **D4E4D3634813037B635B0E4706997C20**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

CERTIFICADO
1020260092110540

FOLHAS. Nº 01
PROC. Nº 016/26
RUBRICA

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00014194702026

Validade: **10/01/2027**

Certificamos que, verificando os registros da secretaria municipal da fazenda, constatamos existir, nesta data, pendências cadastradas na inscrição da pessoa jurídica descrita abaixo, as quais estão com exigibilidade suspensa, conforme o disposto no artigo 151 do ctn e nos artigos 80 e 81, da lei 6.289, de 28/12/2017, ressalvado o direito de a fazenda pública municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 06.053.847/0001-10	**Inscrição Municipal:** 29760004
Razão Social: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
829979900 – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: AVENIDA PROFESSOR CARLOS CUNHA	
Número: SN	**Complemento:** NAZARE
Bairro: JARACATY	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65076820

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **14 de julho de 2026 as 18:44**, sob o código de autenticidade nº **30EF1D33AA9EF9F9F35F47D90738DBEB**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

FOLHAS. Nº 68
PROC. Nº TN 076/26
RUBRICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 06/07/2026 **Nº da certidão:** 12602911895

Data de validade: 06/09/2026 **Código de Validação:** a86acc71e2

NOME: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHAO -SEBRAE-MA

CNPJ: 06.053.847/0001-10

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

FOLHAS. Nº 69
PROC. Nº 01326/26
RUBRICA

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI

CONTRATO ADMINISTRATIVO 06/2026 - ASSEJUR/SECTI

Processo StartGov nº 01326/2026 - SECTI

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DA XXIII SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA, NA FORMA ABAIXO.

O **ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI**, sediada na Avenida dos Holandeses, quadra 33, nº09, Calhau, São Luís/MA, CEP nº 65071-380, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 05.572.043/0001-65, neste ato representada pelo Secretário de Estado, Sr. Mauricio Pacheco de Melo Pereira, RG nº 016249562001-0, CPF nº 026.786.623-22, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA**, serviço social autônomo, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, com sede na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, Sr. Albertino Leal de Barros Filho, CPF 458.780.804-00, por seu Diretor Técnico, Sr. Mauro Borralho Andrade, CPF nº 467.241.923-15, e por sua Diretora de Administração e Finanças, Sra. Édila Neves da Silva, CPF nº 820.858.113-53, na forma de seu Estatuto, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente **Contrato Administrativo**, decorrente do Processo Administrativo nº SECTI/01326/2026, oriundo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a locação do espaço físico denominado **Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana – Multicenter Negócios e Eventos**, de propriedade do CONTRATADO, destinado à realização da **XXIII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, promovida pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, compreendendo os ambientes, áreas e dependências descritos no Termo de Referência e na proposta comercial apresentada pelo CONTRATADO.

1.2. Integram o objeto contratual, além da disponibilização dos ambientes destinados à realização do evento, os períodos necessários à montagem, realização e desmontagem da estrutura, observadas as datas e horários previstos no cronograma aprovados.

1.3. A utilização dos espaços restringir-se-á exclusivamente às atividades relacionadas à XXIII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, vedada sua utilização para finalidade diversa sem prévia autorização do CONTRATADO e da CONTRATANTE, quando implicar alteração do objeto contratual.

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documentos adiante enumerados, colacionados ao Processo Administrativo nº 01326/2026 - SECTI e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

a) Termo de Referência;
b) Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da contratação direta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A presente contratação decorre de inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que as características das instalações e da localização do imóvel tornam necessária sua escolha para atendimento da necessidade administrativa.

3.2. Aplicam-se ao presente Contrato, além da Lei Federal nº 14.133/2021, as normas gerais de direito público, os princípios da Administração Pública, as disposições pertinentes da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), bem como as demais normas federais e estaduais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL

4.1. O valor global do presente Contrato é de **R$100.288,50 (cem mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)**, correspondente à locação dos espaços discriminados na proposta comercial aprovada pela CONTRATANTE.

DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS	Nº de Diárias	Valor das Diárias (R$)	Total (R$)
Pavilhão 100% (piso + palco + cantinas + lanchonete)	3	22.000,00	66.000,00
Auditório Baia de São Marcos	3	1.900,00	5.700,00
Sala VIP	3	1.500,00	4.500,00
Sala Rio Bacanga	3	990,00	2.970,00
Sala Rio Anil	3	715,00	2.145,00
Montagem (17/08 e 18/08)	2	_____	8.131,50
Montagem (19/08)	1	_____	5.421,00
Desmontagem	2	_____	5.421,00
TOTAL GLOBAL	8	_____	100.288,50

4.2. No valor contratado estão compreendidos todos os custos diretos e indiretos necessários à disponibilização dos ambientes objeto da locação, inclusive tributos, encargos, despesas administrativas e demais custos ordinários de responsabilidade do CONTRATADO, ressalvadas as despesas cuja responsabilidade tenha sido expressamente atribuída à CONTRATANTE no Termo de Referência ou neste instrumento.

4.3. O preço permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do presente Contrato.

Avenida dos Holandeses, quadra 33, casa 09, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-380

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária neste exercício de 2026:

PROGRAMA	*584*	*Promoção da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*
AÇÃO	*6107*	*Democratização da Ciência e Tecnologia*
SUBAÇÃO	*24317*	*Eventos – SNCT*
FONTE DE RECURSO	*1.500.101.000*	*Recursos Vinculados de Impostos*
NATUREZA DA DESPESA	*33.90.99*	*Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31.12.2026, compreendendo o período necessário à disponibilização dos espaços, à montagem da estrutura, à realização do evento e à desmontagem, observado o cronograma constante do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor do CONTRATADO, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após o evento, mediante ordem bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e na legislação pertinente, bem como acompanhada dos seguintes documentos:

a) cópia da Nota de Empenho;
b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
c) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
d) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal (ISSQN e TLVF);
f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
g) Certificado de Regularidade do FGTS;
h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
i) Certidão de Regularidade com a CAEMA, com validade compatível com a data do pagamento, caso a CONTRATADA tenha endereço no Estado do Maranhão, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 21.178/2005.

7.2. A realização de pagamentos fica condicionada à consulta prévia pela SECTI ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690/1996.
7.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária na Conta Corrente: 149.748-0, Agência: 0020-5 do Banco do Brasil. O Depósito Identificado no CNPJ: 06.053.847/00016-05.
7.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
7.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re) apresentação, devidamente regularizadas.
7.6. A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
7.7 A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
7.8. Caso o pagamento seja efetuado após o prazo estabelecido nesta Cláusula e desde que o atraso não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica

Avenida dos Holandeses, quadra 33, casa 09, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-380

sujeito ao pagamento do valor devido atualizado, acrescido de correção monetária, até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Constituem obrigações do CONTRATADO, além das demais previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

I – disponibilizar à CONTRATANTE, durante todo o período contratado, os ambientes descritos neste instrumento, livres e desocupados, em perfeitas condições de utilização;

II – entregar os espaços devidamente limpos, conservados e aptos à realização do evento;

III – assegurar o regular funcionamento das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de climatização e demais sistemas permanentes existentes no imóvel;

IV – disponibilizar os pontos de energia, água, esgotamento sanitário e demais infraestruturas permanentes existentes no Centro de Convenções, indicando previamente sua localização e capacidade técnica;

V – permitir o acesso da equipe da CONTRATANTE, dos expositores, fornecedores e prestadores de serviços devidamente credenciados durante os períodos de montagem, realização e desmontagem do evento;

VI – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto;

VII – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidas na contratação;

VIII – responder pelos vícios ou defeitos relacionados às instalações permanentes disponibilizadas para utilização da CONTRATANTE;

IX – prestar todas as informações necessárias ao adequado funcionamento do espaço, especialmente quanto às normas internas de utilização do Multicenter;

X – permitir o livre exercício das atividades de fiscalização contratual pela CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro. O CONTRATADO não responderá pelos danos causados exclusivamente por terceiros vinculados à organização do evento, desde que não decorram de falha estrutural ou de defeito das instalações disponibilizadas.

Parágrafo segundo. O CONTRATADO poderá editar normas operacionais relativas ao funcionamento do Centro de Convenções, desde que compatíveis com este Contrato, com o Termo de Referência e com a legislação aplicável, devendo encaminhá-las previamente ao fiscal do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – efetuar o pagamento na forma e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI

II – designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

III – comunicar tempestivamente ao CONTRATADO quaisquer ocorrências verificadas durante a execução do objeto;

IV – utilizar os espaços exclusivamente para a realização da XXIII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, observado o objeto contratado;

V – zelar pela adequada utilização das instalações disponibilizadas durante o período de ocupação;

VI – restituir os ambientes ao término da utilização em condições compatíveis com aquelas em que foram recebidos, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular;

VII – comunicar previamente ao CONTRATADO eventual necessidade de alteração do cronograma de montagem, realização ou desmontagem do evento;

VIII – exigir o cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, aplicando, quando cabível, as medidas administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A organização do evento, o credenciamento dos participantes, a contratação de expositores, fornecedores, empresas montadoras, serviços de alimentação, sonorização, iluminação, internet adicional, segurança privada, brigadistas, atendimento médico, limpeza operacional do evento e demais serviços complementares necessários à realização da programação serão de responsabilidade da CONTRATANTE, quando não incluídos no objeto da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

10.1. Os espaços objeto deste Contrato deverão ser utilizados exclusivamente para a realização da XXIII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa sem prévia autorização das partes.

10.2. Durante a montagem e desmontagem deverão ser observados os horários previamente ajustados entre o gestor do contrato e a administração do Centro de Convenções.

10.3. É vedada a realização de intervenções permanentes na estrutura do imóvel, tais como perfurações em pisos, paredes, forros ou quaisquer elementos estruturais, salvo mediante autorização expressa do CONTRATADO.

10.4. As demarcações eventualmente necessárias deverão utilizar materiais removíveis que não provoquem danos às instalações.

10.5. A utilização da rede elétrica deverá observar a capacidade técnica informada pelo CONTRATADO. Havendo necessidade de carga superior à disponível, competirá à CONTRATANTE providenciar, às suas expensas, grupo gerador ou solução tecnicamente equivalente.

10.6. A entrega e devolução das áreas locadas serão formalizadas mediante Termo de Vistoria Inicial e Termo de Vistoria Final, assinados por representantes das partes, registrando-se o estado de conservação das instalações.

10.7. O CONTRATANTE deverá indenizar o CONTRATADO por quaisquer danos causados às instalações físicas, mobiliários, equipamentos e utensílios de propriedade do SEBRAE/MA localizadas no Centro de Convenções; ou sob guarda e/ou responsabilidade deste, eximindo o CONTRATADO

Avenida dos Holandeses, quadra 33, casa 09, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-380

desde logo, da responsabilidade por danos aos quais não tenha diretamente dado causa durante o período de utilização das áreas locadas.

CLÁUSULA ONZE – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente Contrato poderá ser alterado, durante sua vigência, nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas, demonstrada a manutenção do interesse público e formalizadas mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

11.2. As alterações que impliquem modificação do objeto, ampliação ou redução dos espaços locados, alteração do cronograma de utilização ou revisão do valor contratado dependerão de manifestação técnica da unidade demandante, disponibilidade do CONTRATADO e autorização da autoridade competente.

11.3. As alterações que não modificarem a essência da contratação, tais como atualização de dados cadastrais, substituição do fiscal do contrato ou adequações de natureza meramente administrativa, poderão ser formalizadas mediante apostilamento, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DOZE – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O descumprimento das obrigações assumidas neste Contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, a reincidência e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade não afasta a obrigação de reparar integralmente os prejuízos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser precedida da devida motivação administrativa, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando decorrer de inadimplemento imputável ao CONTRATADO.

13.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior que impossibilite a realização do evento, as partes buscarão, sempre que possível, solução consensual que preserve o interesse público e minimize os prejuízos decorrentes da impossibilidade de execução contratual.

13.4. Ocorrendo a extinção do Contrato, serão apurados os serviços efetivamente disponibilizados, procedendo-se aos pagamentos eventualmente devidos, observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA QUATORZE – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes comprometem-se a observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se pelo tratamento adequado dos dados pessoais aos quais tiverem acesso em razão da execução deste Contrato.

14.2. O tratamento de dados pessoais deverá limitar-se às finalidades necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e legais, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, transparência e responsabilização.

14.3. Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais relacionados à execução deste Contrato, a parte responsável deverá comunicar imediatamente à outra parte, adotando todas as providências necessárias para mitigação dos riscos e atendimento às determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

14.4. O término da vigência contratual não afasta o dever de confidencialidade quanto aos dados pessoais tratados durante sua execução.

CLÁUSULA QUINZE – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução deste Contrato Administrativo será acompanhada por uma Comissão Fiscalizadora especialmente designada por meio de Portaria.
15.2. As ocorrências verificadas durante a execução deste Contrato serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.
15.3. A fiscalização da execução contratual pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada disponibilização e manutenção do espaço locado nas condições pactuadas, respondendo por eventuais irregularidades, defeitos ou vícios que lhe sejam atribuíveis, bem como pelos danos causados a terceiros em decorrência de sua atuação, não implicando tal fiscalização corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICIDADE

16.1. A eficácia deste Contrato fica condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATANTE adotará as providências necessárias para atendimento às exigências legais de publicidade e transparência.

CLÁUSULA DEZESSETE – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos decorrentes da execução deste Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, as normas de direito público aplicáveis e, subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado compatíveis com o regime jurídico administrativo.

CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, com competência da Fazenda Pública, para dirimir as controvérsias oriundas deste Contrato que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Avenida dos Holandeses, quadra 33, casa 09, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-380

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente Contrato Administrativo em meio eletrônico, para que produza todos os seus efeitos legais.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, perante 02 (duas) testemunhas que também as subscrevem.

MAURICIO PACHECO DE MELO PEREIRA:02678662322
Assinado de forma digital por MAURICIO PACHECO DE MELO PEREIRA:02678662322
Dados: 2026.08.11 15:33:43 -03'00'

MAURÍCIO PACHECO DE MELO PEREIRA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO:45878080400
Assinado de forma digital por ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO:45878080400
Dados: 2026.08.27 15:10:24 -03'00'

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
Diretor Superintendente - SEBRAE-MA

MAURO BORRALHO DE ANDRADE:46724192315
Assinado de forma digital por MAURO BORRALHO DE ANDRADE:46724192315
Dados: 2026.08.27 15:49:27 -03'00'

MAURO BORRALHO ANDRADE
Diretor Técnico - SEBRAE-MA.

EDILA NEVES DA SILVA:82085811353
Assinado de forma digital por EDILA NEVES DA SILVA:82085811353
Dados: 2026.08.27 18:05:42 -03'00'

ÉDILA NEVES DA SILVA
Diretora de Administração e Finanças - SEBRAE-MA

TESTEMUNHAS:

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSMAR SILVA PEREIRA FILHO
Data: 11/08/2026 15:19:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CPF nº

gov.br Documento assinado digitalmente
LAYS BELCHIOR FAVA
Data: 11/08/2026 15:39:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CPF nº

Avenida dos Holandeses, quadra 33, casa 09, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-380

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E PROJETOS ESPECIAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33101.000379/2026

TERMO DE CONTRATO Nº 507/2026 – SEMISPE, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E PROJETOS ESPECIAIS – SEMISPE E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E PROJETOS ESPECIAIS – SEMISPE,** doravante denominado **CONTRATANTE,** com sede na Rua do Deserto, nº 540, Complexo Trapiche Santo Ângelo, Galpão 4, Centro, CEP: 65.010-130, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, neste ato representada por sua titular Sra. **VERÔNICA PEREIRA PIRES**, inscrita no CPF nº 745.540.853-68, Matrícula 51172-12, e o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA**, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, CEP: 65.076-820, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, doravante denominado **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Senhor **ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO**, Diretor Superintendente do SEBRAE-MA, conforme termo de posse datado em 02/01/2023, inscrito no CPF nº 458.780.804-00 e pelo Senhor **MAURO BORRALHO DE ANDRADE**, Diretor Técnico do SEBRAE-MA, conforme termo de posse datado em 02/01/2023, inscrito no CPF nº 467.241.923-15, tendo em vista o que consta no Processo nº 33101.000379/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 60.156/2024 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2026-SEMISPE, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de cota de patrocínio para viabilizar a participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Projetos Especiais – SEMISPE, na Feira do Empreendedor SEBRAE 2026, a ser realizada no período de 14 a 16 de agosto de 2026, no Multicenter Negócios e Eventos, em São Luís – MA, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em conformidade com proposta apresentada pela CONTRATADA, que fazem parte integrante deste contrato.

1.2. Compõem o objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Contratação de cota de patrocínio Platina para participação institucional da Prefeitura de São Luís na Feira do Empreendedor SEBRAE 2026, contemplando espaço pra instalação de estande institucional e demais contrapartidas previstas no plano de patrocínio da organização do evento.	1	**R$ 300.000,00**	**R$ 300.000,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. Autorização da Inexigibildidade;

1.3.3. A proposta da Contratada;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor para a contratação é de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, referente à aquisição da **Cota de Patrocínio Platina**, incluindo a disponibilização de espaço físico e benefícios vinculados à participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís na **Feira do Empreendedor SEBRAE 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa orçamentária correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Gestão/Unidade Orçamentária	33101
Projeto/Atividade	0412204022.022
Fonte de Recurso	1500000000
Elemento de Despesa	33.90.39

3.2. O empenho é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2300/2026, emitida em 11/08/2026, na modalidade global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. Da Execução do Contrato
4.1.1. O prazo de execução do contrato será o período de realização do evento, isto é, de 14 a 16 de agosto de 2026.
4.2. Da Vigência do Contrato
4.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A metodologia do evento está estruturada sobre três pilares estratégicos:
6.1.1. Pessoas;
6.1.2. Inovação;
6.1.3. Sustentabilidade
6.2. A programação da Feira do Empreendedor contempla atividades destinadas à disseminação de conhecimento, geração de oportunidades de negócios, compartilhamento de experiências e fortalecimento do ecossistema empreendedor, incluindo:
6.2.1. palestras, painéis e apresentações temáticas;
6.2.2. oficinas, capacitações e atividades formativas;
6.2.3. exposição de soluções, produtos e serviços;
6.2.4. ambientes de inovação e tecnologia;
6.2.5. experiências imersivas e interativas;
6.2.6. atividades de networking e relacionamento institucional;
6.2.7. apresentação de startups, negócios inovadores e iniciativas de impacto social;
6.2.8. ações voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico sustentável.
6.3. No âmbito da participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís, o espaço disponibilizado por meio da cota de patrocínio será destinado à apresentação de programas, projetos, ações e serviços públicos relacionados à inovação, sustentabilidade, transformação digital, empreendedorismo, educação ambiental e cidades inteligentes.

6.4. O estande institucional da Prefeitura poderá contemplar atividades expositivas, educativas, tecnológicas e
interativas, com o objetivo de promover maior aproximação entre a Administração Pública Municipal e a população, permitindo a divulgação das ações estratégicas desenvolvidas pelo Município e incentivando a participação cidadã.
6.5. A programação e as atividades vinculadas à participação institucional da Prefeitura observarão as diretrizes estabelecidas pela organização da Feira do Empreendedor SEBRAE 2026, bem como os objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Projetos Especiais – SEMISPE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não será exigida garantia formal da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados para essa finalidade.
8.2. A Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Projetos Especiais – SEMISPE designará, por meio de ato formal, gestor e fiscal do contrato, aos quais competirá acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto contratado.
8.3. Compete ao gestor do contrato:
coordenar as atividades relacionadas à fiscalização administrativa e técnica da execução contratual;
8.3.1. acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas partes;
8.3.2. adotar as providências necessárias à regular execução do contrato;
8.3.3. promover os registros pertinentes à execução contratual;
8.3.4. solicitar à Contratada os esclarecimentos e documentos necessários ao acompanhamento da execução do objeto;
8.3.5. encaminhar à autoridade competente as ocorrências que demandem providências administrativas.
8.4. Compete ao fiscal do contrato:
8.4.1. acompanhar a execução do objeto contratado;
8.4.2. verificar o cumprimento das obrigações e contrapartidas previstas na cota de patrocínio;
8.4.3. registrar em processo próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
8.4.4. comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades verificadas durante a execução do objeto;
8.4.5. atestar a execução dos serviços e a entrega das contrapartidas previstas para fins de liquidação da despesa.
8.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução integral do objeto contratado, nem por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.
8.6. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e fornecer os documentos solicitados pela fiscalização, assegurando o pleno acompanhamento da execução contratual.
8.7. As ocorrências verificadas durante a execução do contrato deverão ser registradas formalmente e comunicadas à Contratada para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da Contratante:
9.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por intermédio de servidor formalmente designado para essa finalidade;
9.1.2. Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto;

9.1.3. Fornecer, em tempo hábil, os elementos institucionais necessários à execução das contrapartidas previstas na cota de patrocínio, incluindo logomarcas, materiais gráficos, conteúdos institucionais e demais informações pertinentes;
9.1.4. Indicar os representantes responsáveis pelo acompanhamento da participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís no evento;
9.1.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer ocorrências verificadas durante a execução contratual que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas;
9.1.6. Testar a execução do objeto e o cumprimento das contrapartidas previstas na contratação, quando verificado o atendimento das condições estabelecidas;
9.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
9.1.8 Zelar pela adequada utilização do espaço institucional disponibilizado no evento, observando as normas estabelecidas pela organização da Feira do Empreendedor SEBRAE 2026;
9.1.9. Adotar as providências necessárias à participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís, incluindo a definição das ações, atividades e conteúdos a serem apresentados no espaço disponibilizado;
9.1.10. exercer as demais prerrogativas e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da Contratada:
10.1.1. Garantir a participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís na Feira do Empreendedor SEBRAE 2026, conforme as condições estabelecidas na proposta comercial apresentada e no instrumento contratual;
10.1.2. Disponibilizar o espaço institucional previsto na cota de patrocínio contratada, observando as especificações, dimensões e condições definidas pela organização do evento;
10.1.3. Assegurar o cumprimento integral de todas as contrapartidas, benefícios e ações de divulgação vinculadas à cota de patrocínio adquirida pela Administração;
10.1.4. Promover a inserção da marca institucional da Prefeitura Municipal de São Luís nos materiais promocionais, peças publicitárias, mídias e demais canais de divulgação previstos no plano de patrocínio contratado;
10.1.5. Disponibilizar à Contratante as orientações, cronogramas, regulamentos e demais informações necessárias à adequada participação institucional no evento;
10.1.6. Garantir à Contratante acesso ao espaço institucional e aos benefícios previstos na cota de patrocínio durante todo o período de realização da Feira do Empreendedor SEBRAE 2026;
10.1.7. Comunicar previamente à Contratante qualquer alteração relacionada à programação, ao cronograma, à estrutura ou às condições do evento que possa impactar a execução do objeto contratado;
10.1.8. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade exigidas pela legislação aplicável;
10.1.9. Responsabilizar-se pela organização, coordenação e realização do evento, assegurando as condições necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração;
10.1.10. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada à execução do objeto, nos termos da legislação vigente;
10.1.11. Fornecer, quando solicitado pela Administração, documentos e informações que permitam verificar o cumprimento das obrigações assumidas;
10.1.12. presentar, após a realização do evento, documentação comprobatória da execução das contrapartidas previstas na cota de patrocínio contratada, quando aplicável;
10.1.13. Observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e demais normas aplicáveis à execução contratual.
10.2. A Contratada permanecerá responsável pela execução integral das obrigações assumidas, ainda que utilize terceiros para atividades acessórias relacionadas à organização e operacionalização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Projetos Especiais – SEMISPE, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da documentação exigida para a liquidação da despesa.
11.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta corrente por ela indicada, observadas as normas de execução orçamentária e financeira do Município.
11.3. Considerando a natureza do objeto e as condições comerciais estabelecidas pela organizadora do evento, o pagamento poderá ocorrer de forma antecipada, desde que devidamente justificado no processo administrativo, demonstrada sua indispensabilidade para a efetivação da participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís no evento e observadas as disposições do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.
11.4. Na hipótese de pagamento antecipado, a contratada deverá apresentar os documentos que comprovem a reserva da cota de patrocínio e a garantia da participação institucional da Prefeitura Municipal de São Luís na Feira do Empreendedor SEBRAE 2026, bem como os demais documentos exigidos pela legislação aplicável.
11.5. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos legais exigidos para a contratação com a Administração Pública, quando aplicável.
11.6. Havendo erro na documentação apresentada ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não acarretando qualquer ônus para a Administração.
11.7. Após a realização do evento, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória do cumprimento das contrapartidas previstas na cota de patrocínio contratada, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Administração durante a execução contratual.
11.8. Os pagamentos observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da legislação municipal pertinente e das normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis à Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO CONTRATO

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;
12.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, e na falta deste, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j" e "k" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
IV. Multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
b) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei 14.133/2021;

c) compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).
13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021):

13.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);
13.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

13.10. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os direitos da Administração e da Contratada, bem como o devido processo legal.

15.2. Constituem motivos para rescisão do CONTRATO, entre outros:

15.2.1. o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;

15.2.2. a não execução das contrapartidas previstas na cota de patrocínio contratada;

15.2.3. a paralisação ou cancelamento do evento sem justificativa aceita pela Administração;

15.2.4. a perda das condições que fundamentaram a contratação;

15.2.5. a ocorrência de caso fortuito ou força maior que inviabilize definitivamente a execução do objeto;

15.2.6. as demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

15.3. A extinção contratual poderá ocorrer:

15.3.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos em lei;

15.3.2. por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

15.3.3. por decisão judicial ou arbitral, quando cabível;

15.3.4. por determinação legal.

15.3. Na hipótese de cancelamento, adiamento ou alteração substancial do evento por iniciativa da Contratada, sem a concordância da Administração, deverão ser observadas as disposições contratuais relativas à restituição de valores eventualmente pagos e às demais responsabilidades

decorrentes.

15.4. Os efeitos da extinção contratual serão formalizados nos autos do processo administrativo correspondente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normas aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

16.2. A Contratada deverá adotar as medidas técnicas, administrativas e organizacionais necessárias para assegurar a proteção dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução contratual, prevenindo acessos não autorizados, vazamentos, perdas, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.3. Os dados pessoais eventualmente compartilhados entre as partes deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratado, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, transparência e responsabilização.

16.4. A Contratada compromete-se a não utilizar, divulgar, compartilhar ou disponibilizar dados pessoais obtidos em razão da execução contratual para finalidades distintas daquelas autorizadas pela Administração Pública ou previstas em lei.

16.5. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais, a Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante, fornecendo todas as informações necessárias para adoção das medidas legais e administrativas cabíveis.

16.6. Encerrada a execução contratual, a Contratada deverá observar as disposições legais relativas à retenção, eliminação, anonimização ou devolução dos dados pessoais eventualmente tratados, conforme a natureza das informações e as exigências legais aplicáveis.

16.7. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a Contratada às sanções administrativas, civis e legais cabíveis, sem prejuízo da responsabilização pelos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. A Contratada declara conhecer e compromete-se a observar, durante toda a execução contratual, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, ética e integridade, em conformidade com a legislação vigente.

17.2. A Contratada deverá cumprir as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), bem como demais normas aplicáveis à prevenção e ao combate à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento ilícito e demais práticas vedadas pela legislação brasileira.

17.3. É vedado à Contratada, por si ou por intermédio de seus dirigentes, empregados, representantes, prepostos ou terceiros vinculados à execução contratual:

17.3.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceiro a ele relacionado;

17.3.2. praticar atos destinados a fraudar ou frustrar o caráter competitivo de procedimentos licitatórios ou contratações públicas;

17.3.3. dificultar atividades de investigação ou fiscalização realizadas por órgãos de controle interno ou externo;

17.3.4. obter vantagem ou benefício indevido em razão da execução contratual;

17.3.5. praticar qualquer ato que possa comprometer a lisura, a transparência ou a legitimidade da contratação.

17.4. A Contratada compromete-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer situação que possa configurar conflito de interesses, irregularidade, fraude, ato ilícito ou potencial violação às normas de integridade relacionadas à execução do contrato.

17.5. A Administração poderá adotar medidas de diligência, auditoria, fiscalização e verificação da conformidade da execução contratual com as normas de integridade e anticorrupção, sempre que julgar necessário.

17.6. O descumprimento das disposições previstas neste item poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal previstas na legislação vigente.

17.7. A Contratada declara que mantém conduta compatível com os princípios da ética, integridade e transparência, comprometendo-se a atuar em conformidade com as melhores práticas de governança e compliance durante toda a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

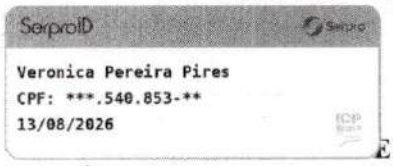
19.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, lido e assinada pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

São Luís – MA, data da última assinatura eletrônica.



ERÔNICA PEREIRA PIRES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO SUSTENTABILIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
Data: 13/08/2026 15:50:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
DIRETOR SUPERINTENDENTE DO SEBRAE-MA
CONTRATADA

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURO BORRALHO DE ANDRADE
Data: 13/08/2026 16:14:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAURO BORRALHO DE ANDRADE
DIRETOR TÉCNICO DO SEBRAE-MA
CONTRATADA

FOLHAS. Nº 86
PROC. Nº M 016/26
RUBRICA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
Processo Administrativo nº10622/2026
Processo de Inexigibilidade nº 21/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE BALSAS**, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 06.441.430/0001-25, com sede administrativa na Rua Professor Joca Rêgo, nº 121, Centro, Balsas/MA, CEP 65.800-000, neste ato representado pelo(a) Sr(a). **DIEGO SILVA SCHERER**, Secretário Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, o **SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/MA,** pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, com sede na Avenida Carlos Cunha, s/n, Bairro Jaracaty, CEP: 65.076-820, São Luis/MA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.053.847/0001-10, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, **ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO,** e por seu Diretor Técnico, **MAURO BORRALHO DE ANDRADE**, doravante denominada CONTRATADA; Resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, com base na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E REGIME JURÍDICO

O presente contrato decorre de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – Aplicam-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto às prerrogativas da Administração, fiscalização, sanções, alteração contratual e rescisão.

Parágrafo Segundo – Integram este contrato:

I- Proposta técnica do CONTRATADO;

II - Estudo Técnico Preliminar;

III - Justificativa Técnica de Inexigibilidade; IV - Cronograma físico-financeiro;

V - Plano de Trabalho;

VI - Demais documentos do processo.

FOLHAS. Nº 87
PROC. Nº 076/26
RUBRICA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E ESCOPO ESTRUTURADO

Execução do Projeto Cidade Empreendedora – Ciclo 2025/2026, mediante aplicação de metodologia institucional exclusiva do CONTRATADO.

§1º – O projeto compreende:

I - Diagnóstico econômico-territorial detalhado;

II - Planejamento estratégico participativo;

III - Implementação de eixos estruturantes;

IV - Capacitação técnica de servidores;

V - Capacitação de empreendedores;

VI - Implementação de ações práticas;

VII - Monitoramento por indicadores;

VIII - Avaliação final de impacto.

§2º – O CONTRATADO detém titularidade da metodologia, conforme cláusula semelhante prevista no contrato estadual, sendo vedada sua reprodução não autorizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA E FASES DE EXECUÇÃO

A execução observará três fases:

I - Fase I – Implantação (0–3 meses)

a. Reuniões institucionais;

b. Constituição de Comitê Municipal;

c. Diagnóstico técnico;

d. Plano operacional.

II - Fase II – Implementação (4–18 meses)

a. Oficinas técnicas;

b. Capacitações;

c. Implantação de ações;

d. Acompanhamento periódico.

III - Fase III – Consolidação (19–24 meses)

a. Avaliação de metas;

b. Relatório final;

c. Plano de sustentabilidade.

FOLHAS. Nº 38
PROC. Nº 016/26
RUBRICA

Parágrafo Único – Alterações no cronograma dependerão de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Serão monitorados:

I - Número de ações executadas;

II - Número de servidores capacitados;

III - Número de empresas atendidas;

IV - Participação em compras públicas;

V - Estruturação da Sala do Empreendedor;

VI - Indicadores de formalização.

O não atingimento injustificado poderá ensejar:

a) Readequação do plano;

b) Suspensão proporcional de pagamento;

c) Aplicação de sanções.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA CONTRAPARTIDA

O valor total do presente contrato é de **R$ 358.875,00** (trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

A contrapartida do CONTRATADO corresponderá ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, perfazendo o montante de R$ 179.437,50 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

A contrapartida do CONTRATANTE corresponderá igualmente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, perfazendo o montante de R$ 179.437,50 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). O valor correspondente à contrapartida será pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$ 17.943,75 (dezessete mil e novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) cada. O **pagamento das parcelasdeverá ser efetuado até odia 25 (de março à novembro) e dia 15 (dezembro) de cada mês,** totalizando R$ 179.437,50 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

§1º – A contrapartida compreenderá:

I - Horas técnicas;

III - Estrutura institucional;

IV - Subsídio financeiro.

§2º – A comprovação ocorrerá mediante relatório técnico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES

O pagamento será:

I - Parcelado em 10 (dez) vezes, conforme cronograma, disposto na Cláusula Quinta;

II - Condicionado a relatório detalhado;

III - Atestado pelo fiscal;

IV - Suspenso em caso de irregularidade fiscal;

V - Proporcional à execução comprovada.

Não será admitido pagamento antecipado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

Unidade: 20 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Ação

Função: 23

Subfunção: 122

Programa: 0152

Projeto/Atividade/Oper. Especiais: 2-093

23.122.0152.2-093 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Natureza da Despesa

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos

1 500 Recursos não vinculados de Impostos

FOLHAS. Nº 90
PROC. Nº 11.076/26
RUBRICA

CLÁUSULA OITAVA – DA GOVERNANÇA E FISCALIZAÇÃO

Será designado:

I - Fiscal titular;

II - Fiscal substituto.

Será instituído Comitê Municipal de Acompanhamento, com reuniões trimestrais e atas registradas.

O fiscal deverá emitir relatório trimestral circunstanciado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações técnicas:

I - Garantir qualidade metodológica;

II - Manter equipe qualificada;

III - Substituir profissionais quando solicitado fundamentadamente; IV - Prestar contas técnica e financeiramente;

V - Manter regularidade fiscal;

VI - Assumir encargos trabalhistas;

VII - Responder por danos decorrentes de dolo ou culpa;

VIII - Manter confidencialidade;

IX - Cumprir normas anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I - Garantir apoio institucional;

II - Disponibilizar infraestrutura;

III - Mobilizar secretarias envolvidas;

IV - Garantir fluxo de informações;

V - Efetuar pagamento conforme pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MATRIZ DE RISCOS

Riscos do CONTRATANTE:

a) Mudança administrativa;

b) Atraso orçamentário.

Riscos do CONTRATADO:

a)Descumprimento técnico;

b)Falha na execução.

Riscos compartilhados:

a)Caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONTRATADO deverá apresentar:

I - Relatório mensal técnico;

II - Relatório trimestral consolidado;

III - Relatório final de resultados;

IV - Demonstrativo da contrapartida institucional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A metodologia permanece de titularidade do CONTRATADO.

Os relatórios poderão ser utilizados pelo Município para fins institucionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

As partes comprometem-se a cumprir integralmente a legislação anticorrupção e normas de integridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Aplicam-se as penalidades dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA

Publicação no PNCP e no Portal da Transparência Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

As partes poderão buscar solução consensual antes de judicialização.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

FOLHAS. Nº 92
PROC. Nº 11.016/26
RUBRICA

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Comarca de Balsas/MA.

Balsas/MA, 17 de março de 2026.

DIEGO SILVA SCHERER

Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária Prefeitura Municipal de Balsas/MA

CONTRATANTE

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO

Diretor Superintendente

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA

CONTRATADO

MAURO BORRALHO DE ANDRADE

Diretor Técnico

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA

CONTRATADO

FOLHAS. Nº 93 000122
PROC. Nº 11 016/26
RUBRICA

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

0004_UNBLS_2026_CONTRATO ADMINISTRATIVO_CE Balsas_Fluig 138740

O documento acima foi proposto para assinatura digital através da plataforma de assinaturas do SEBRAE. Para verificar a autenticidade das assinaturas clique neste link https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#/search?codigo=74-5B-8D-62-AC-70-F7-9D-B7-65-07-B0-E2-7C-3F-8E-E6-17-33-CE acesse o site https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#/search e digite o código abaixo:

CÓDIGO: 74-5B-8D-62-AC-70-F7-9D-B7-65-07-B0-E2-7C-3F-8E-E6-17-33-CE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status é(são):

Albertino Leal de Barros Filho - 458.*.***-00** - 18/03/2026 14:04:17
Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 179.***.***.**3

DIEGO SILVA SCHERER - 669.*.***-78** - 18/03/2026 15:40:41
Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 177.***.***.**6

MAURO BORRALHO DE ANDRADE - 467.*.***-15** - 19/03/2026 10:50:39
Status: Assinado Digitalmente
IP: 201.***.***.**0

PROTOCOLO DE TESTEMUNHA(S)

Maria Lima Costa - 280.*.***-00** - 18/03/2026 11:25:50
Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 136.***.***.**9

Sandra Barcelos Coelho - 008.*.***-00** - 18/03/2026 11:34:00
Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 170.***.***.**1

FOLHAS. Nº 94

PROC. Nº 11 076/96

RUBRICA

000123

PREFEITURA DE BALSAS
AVANÇO E OPORTUNIDADE

SEFIN
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária

000124

PROC. Nº 10622/26

RUBRICA

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 258/2026 – SLC.

Balsas/MA, 11 de março de 2026.

À

Coordenação de Publicações Oficiais / Setor Responsável pelo PNCP

Município de Balsas – MA

Assunto: Solicitação de Publicação – Inexigibilidade nº _/2026 – Projeto Cidade Empreendedora.

Processo Administrativo nº 10622/2026.

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos para as providências cabíveis a Inexigibilidade de Licitação nº _/2026, referente à contratação do

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA, para execução do Projeto Cidade Empreendedora – Ciclo 2025/2026.

O procedimento foi:

a) devidamente instruído;
b) fundamentado no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
c) autorizado pela autoridade competente;
d) aprovado mediante Parecer Jurídico nº _/2026;
e) formalizado por meio do Contrato Administrativo nº _/2026.

Diante disso, solicitamos:

1. Publicação do ato de inexigibilidade de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021;
2. Publicação do extrato do contrato no PNCP;
3. Registro no Portal da Transparência do Município;
4. Demais providências necessárias à plena eficácia do ato administrativo.

Após a efetivação da publicação, solicitamos a juntada do comprovante aos autos do processo.

Atenciosamente,

Diego Silva Scherer
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária
Prefeitura Municipal de Balsas/MA

Código Identificador: 266a0b41e667f362410e4623e6535d8a

RESENHA DO CONTRATO Nº 192/2026 - SEFIN

RESENHA DO CONTRATO Nº 192/2026 - SEFIN. Referente à Inexigibilidade de Licitação nº 21/2026. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA e a empresa SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.847/0001-10. OBJETO: Execução do Projeto Cidade Empreendedora – Ciclo 2025/2026, mediante aplicação de metodologia institucional exclusiva do CONTRATADO. VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. PREÇO: O valor total do presente contrato é de R$ 358.875,00 (trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.0152.2-093 3.3.90.39.00.00. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2026. ASSINATURAS: DIEGO SILVA SCHERER (CONTRATANTE) ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO e MAURO BORRALHO DE ANDRADE (CONTRATADO).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código Identificador: 335d3e3294fa239aa0069123c02a7135

RESENHA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026 - SEDES

RESENHA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026 - SEDES. Referente ao Credenciamento nº 01/2026. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO e o Sr. BRENO LEDA VALESAN. OBJETO: O presente termo tem por objeto o Credenciamento de empresas e pessoas físicas para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis destinados ao Programa Peixe Solidário, com o objetivo de atender famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego do Município de Balsas/MA. VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2026. ASSINATURAS: Sebastiana Leda de Arruda (CREDENCIANTE) e Breno Leda Valesan (CREDENCIADO).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código Identificador: a07bc551f743d38da6cc2217b062b5d8

RESENHA DO TERMO DE PATROCÍNIO Nº 11/2026

RESENHA DO TERMO DE PATROCÍNIO Nº 11/2026. Referente ao Processo Administrativo Nº 11167/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE BALSAS/MA e o Sr. JONATAS DA SILVA ROCHA. OBJETO: O presente Termo tem por objeto a concessão de apoio financeiro para realização do XIV Rally Missionário, evento motociclístico de caráter esportivo, social e comunitário, a ser realizado nos dias 03, 04 e 05 de abril de 2026, abrangendo os municípios de Balsas, Tasso Fragoso e região. DO VALOR: O valor do presente patrocínio é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a auxiliar nas despesas necessárias à realização do evento. DA VIGÊNCIA: O presente Termo de Patrocínio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 30 de maio de 2026. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27.812.0154.2-112 3.3.90.48.00.00. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2026. ASSINATURAS: Diego Silva Scherer (PATROCINADOR) e Jonatas da Silva Rocha (PATROCINADO).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código Identificador: d151944d93ea0fd78e406b45ac0f709b

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 028/2026 000125

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 028/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO/MA, CNPJ nº 06.116.743/0001-08. CONTRATADA: LIMA J N EMPREENDIMENTOS – ROBERT LTDA, CNPJ nº 38.060.309/0001-40. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Brejo/MA.. VALOR CONTRATADO: R$ 167.549,00 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais).. VIGENCIA DO CONTRATO: 12/03/2026 à 12/03/2027. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de março de 2026. ORIGEM DOS RECURSOS: SEMFAZ- 3.3.90.30.00 Material De Consumo. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº63/2024 e suas alterações posteriores. Brejo - MA, 20 de março de 2026. Pablo Jefferson Martins Castro - Secretário Municipal de Fazenda.

FOLHAS. Nº 26

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código Identificador: 339c5c1f7d27e9c305fc46ac68034bb1

RUBRICA

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 029/2026

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 029/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREJO/MA, CNPJ nº 31.025.275/0001-03. CONTRATADA: LIMA J N EMPREENDIMENTOS - ROBERT LTDA, CNPJ nº 38.060.309/0001-40. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Brejo/MA. VALOR CONTRATADO: R$ 187.420,00 (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais). VIGENCIA DO CONTRATO: 12/03/2026 à 12/03/2027. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de março de 2026. ORIGEM DOS RECURSOS: FUNDEB- 3.3.90.30.00 Material De Consumo. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº63/2024 e suas alterações posteriores. Brejo - MA, 20 de março de 2026. Maria dos Milagres Lima Martins - Secretária Municipal de Educação

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código Identificador: 1e81d7baa1a2a7666341b888f4bc21d0

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 030/2026

EXTRATO DE CONTRATO - PE SRP Nº 030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJO/MA, CNPJ nº 12.512.462/0001-77. CONTRATADA: LIMA J N EMPREENDIMENTOS – ROBERT LTDA, CNPJ nº 38.060.309/0001-40. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brejo de Brejo/MA. VALOR CONTRATADO: R$ 178.150,00 (cento e setenta e oito mil, cento e cinquenta reais). VIGENCIA DO CONTRATO: 12/03/2026 à 12/03/2027. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de março de 2026. ORIGEM DOS RECURSOS: FMS- 3.3.90.30.00 Material De Consumo. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº63/2024 e suas alterações posteriores. Brejo - MA, 20 de março de 2026. Josyfrank Silva dos Santos - Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código Identificador: 316673a4827a652e14b71e6ca505d366

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2026

FOLHAS. Nº 97
PROC. Nº 10616/26
RUBRICA

PORTARIA Nº 21/2026, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BALSAS - MA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de designar responsável para fiscalização de contratos no âmbito desta Secretaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor DIEGO NESTOR SOARDI ANDRADA, Matrícula nº 14725-1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 192/2026, referente ao Processo administrativo nº 10622/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 21/2026, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados para execução do Projeto Cidade Empreendedora – Ciclo 2025/2026, mediante aplicação de metodologia institucional exclusiva do contratado, durante a vigência do mesmo.

Art. 2º - O servidor designado será responsável por acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos contratos, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais, dos prazos e da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balsas – MA, 17 de março de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIEGO SILVA SCHERER

LTDA (57363423000193) com os lotes: 3 e 6 no valor total de R$ 1.578.360,00 (um milhão e quinhentos e setenta e oito mil e trezentos e sessenta reais).
BALSAS - MA, 07 de abril de 2026
TAIANY SANTOS CARVALHO
CONDUTOR DE PROCESSOS

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código Identificador: 299d2f23e2a9ba6ee9fcbf751a75e5f1

PORTARIA Nº 10/2026, DE 07 DE ABRIL DE 2026 - SAAE

PORTARIA Nº 10/2026, DE 07 DE ABRIL DE 2026.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BALSAS - MA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de designar responsável para fiscalização de contratos no âmbito desta autarquia,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Pablo Adriano Lopes, Matrícula 54, para exercer a função de Fiscal dos Contratos decorrentes do Pregão Eletrônico nº 57/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 0506.02/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para locação de máquinas pesadas tipo Retroescavadeira, caminhão pipa e caminhão munck - Guindauto (com motorista/operador, combustível e toda manutenção preventiva e corretiva), para execução de serviços de necessidades do SAAE.
Art. 2º - O servidor designado será responsável por acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do referido contrato; zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais; dos prazos e da legislação vigente.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BALSAS/MA, 07 DE ABRIL DE 2026.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
JOÃO JOSÉ MIRANDA DOS SANTOS
DIRETOR DO SAAE

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código Identificador: 9143a764e261af2c2339b67bac1f0d15

PORTARIA Nº 21/2026, DE 17 DE MARÇO DE 2026 - SEFIN

PORTARIA Nº 21/2026, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BALSAS - MA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de designar responsável para fiscalização de contratos no âmbito desta Secretaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor DIEGO NESTOR SOARDI ANDRADA, Matrícula nº 14725-1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 192/2026, referente ao Processo administrativo nº 10622/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 21/2026, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados para execução do Projeto Cidade Empreendedora - Ciclo 2025/2026, mediante aplicação de metodologia institucional exclusiva do contratado, durante a vigência do mesmo.
Art. 2º - O servidor designado será responsável por acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos contratos, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais, dos prazos e da legislação vigente.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Balsas - MA, 17 de março de 2026.

FOLHAS Nº 98
PROC. Nº 10.016/26
RUBRICA

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIEGO SILVA SCHERER

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código identificador: 24ae4e4fe609e4bb34a03ced06cfdcaa

RESENHA DO CONTRATO Nº 217/2026 - SAAE

RESENHA DO CONTRATO Nº 217/2026 - SAAE. Referente ao Pregão Eletrônico nº 57/2025. PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE e a empresa OCIDENTAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03590.515/0001-87. OBJETO: O objeto do presente instrumento é Contratação de empresa para prestação de serviços de máquinas pesadas tipo Retroescavadeira, caminhão pipa e caminhão munck - Guindauto (com motorista/operador, combustível e toda manutenção preventiva e corretiva), para execução de serviços de necessidades do SAAE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura. PREÇO: O valor total da contratação é de R$ 2.061.469,40 (Dois milhões e sessenta e um mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.512.0151.2090 3.3.90.39.00.00. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 07 de abril de 2026. ASSINATURAS: João José Miranda dos Santos (CONTRATANTE) e Thiago Ferreira Barros (CONTRATADA).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA
Código identificador: d0f7fca9b9bd45ac73ebf3cf9c9d6f4b

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
Processo Adm: Nº 1112.01/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de veículos pesados (tipo caminhão), visando suprir as necessidades das diversas Secretarias municipais de Balsas/MA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 6.994.316,00 (seis milhões e novecentos e noventa e quatro mil e trezentos e dezesseis reais): LOK+LTDA (12063530000168) com os lotes: 1, 2, 4, 5 no valor total de R$ 5.415.956,00 (cinco milhões e quatrocentos e quinze mil e novecentos e cinquenta e seis reais). COSTA & COSTA LTDA (57363423000193) com os lotes: 3, 6 no valor total de R$ 1.578.360,00 (um milhão e quinhentos e setenta e oito mil e trezentos e sessenta reais).
BALSAS (MA), terça-feira, 7 de abril de 2026
DIEGO SILVA SCHERER
AUTORIDADE DE PROMOTOR

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: c40d58a2e3735c503c38c2daaef0cec9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PREFEITURA DE
SANTA RITA
PARA CRESCER MUITO MAIS!

FOLHAS. Nº 99
PROC. Nº 180612026
RUBRICA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080712/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180612/2026
INEXIBILIDADE Nº 12/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO SEBRAE/MA, CNPJ: 06.053.847/0001-10, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

Por este instrumento particular, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Praça Drº. Carlos Macieira, S/Nº, Centro, C. E. P. N: 65.145-000, C. N. P. J. Nº: 63.441.836/0001-41, a Senhora ELIANE MUNIZ DE CASTRO, CPF nº 036.021.577-76, Secretária Municipal de Administração e Finanças, PORT. 01/2025, residente e domiciliada em Santa Rita/MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro lado o SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, doravante denominada CONTRATADO, sediada à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís – MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, neste ato representado pelo seu Diretor Superintendente, o Senhor ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO, Brasileiro, Casado, Engenheiro Agrônomo, portador da Carteira de Identidade n.º 028.409.922.004-0, ÓRGÃO EMISSOR: GEJUSP/MA e CPF/MF n.º 458.780.804-00; e por seu Diretor Técnico, o Senhor MAURO BORRALHO DE ANDRADE, Brasileiro, Casado, Administrador, portador da C.I: 60250796-0, ÓRGÃO EMISSOR: SSP/MA E CPF/MF:467.241.923-15, têm, entre si, ajustado o presente Contrato Administrativo Nº 080712/2026, decorrente da INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo Nº 180612/2026, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos inciso II do artigo 74 da Lei Federal Nº 14.133/21e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL E O OBJETO

1.1. O presente instrumento está amparado no artigo 75, XV, da Lei n.º 14.133/21, e se regerá pelas cláusula condições seguintes.

1.2. Constitui-se objeto deste instrumento a Contratação de empresa especializada a execução do SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, para implantação do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, por meio da solução ApoiaGov, no município de Santa Rita/MA.

1.3. O projeto consiste em soluções pelo **CONTRATADO** ao **CONTRATANTE**, conforme características, objetivos da metodologia discutidos e apresentados na **PROPOSTA COMERCIAL DO PROJETO** (Anexo 1) e aprovado mediante **TERMO DE ADESÃO** (Anexo 2), de comum acordo entre as partes.

1.4. O **Proposta de Implementação: Centro de Excelência em Captação de Recursos (ApoiaGov)** foi desenvolvido pelo **CONTRATADO,** detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

PREFEITURA DE
SANTA RITA
PARA CRESCER MUITO MAIS!

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CLÁUSULA SEGUNDA – MODO DE EXECUÇÃO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o **CONTRATADO** prestará os serviços durante o prazo estabelecido na cláusula terceira deste instrumento.

O **CONTRATADO** disponibilizará ao **CONTRATANTE** consultores credenciados especializados nasmetodologias que integram o projeto, durante o prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. A execução dos serviços, objeto deste contrato terá a duração de **12 (dez) meses**, contados a partir de **08 de julho de 2026.** O término do contrato se dará em **08 de julho de 2027,** conforme proposta apresentada.

3.2. A completa execução do projeto depende do fiel cumprimento das orientações repassadas pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE** ao longo de todo prazo de vigência contratual, além do comprometimento e atuação proativa do município em designar e disponibilizar servidores nas diversas áreas de atuação solicitadas pelo **CONTRATADO** a fim de que as ações sejam executadas conforme definido no projeto.

3.3. O Sebrae/MA não poderá ser responsabilizado por qualquer inobservância dos itens acima que de alguma forma impossibilite o cumprimento e entrega final do projeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR AJUSTADO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de **R$ 11.498,00 (onze mil, quatrocentos e noventa e oito reais) para 12 (dez) meses**), a contar do mês subsequente ao da assinatura do presente contrato.

4.2. O pagamento será realizado por meio da nota fiscal efetivado pelo **CONTRATANTE.**

4.3. No caso de não pagamento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido com a paralisação automática dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Responsabilidade do CONTRATADO:

5.1. Prestar os serviços e capacitações conforme proposta comercial e termo de adesão previamente estabelecido entre as partes; documentos esses que as partes declaram conhecer a integralidade e se comprometem a cumprir integralmente, independentemente da sua transcrição nesse contrato.

5.2. Disponibilizar um técnico habilitado para acompanhar a execução dos serviços.

5.3. Acompanhar e avaliar, através de equipe do SEBRAE/MA, o desenvolvimento da metodologia e a execução do objeto deste contrato.

Responsabilidade da CONTRATANTE:

5.4. Selecionar e indicar os profissionais que participarão das capacitações oferecidas pela **CONTRATADA**.

5.5. Garantir a participação e a formação dos profissionais.

5.6. Disponibilizar salas, equipamentos, material de apoio para execução dos objetos do projeto, podendo ser nas dependências da instituição ou outro local a ser indicado pela **CONTRATANTE**.

5.7. Cumprir com o item 3.2 de forma a não criar embaraços para entrega final do projeto.

5.8. Não assumir, perante terceiros, obrigações em nome do SEBRAE/MA, em nenhum momento e circunstância e sob qualquer pretexto.

5.9. Não reproduzir, copiar ou ceder os materiais didáticos a serem utilizados na execução do projeto, sem a autorização expressa do SEBRAE/MA.

5.10. Emitir empenho.

CLÁUSULA SEXTA

7.1 6.1 Este contrato poderá ser rescindido:

a) Por inadimplemento de qualquer cláusula, mediante notificação;

b) Por interesse público devidamente motivado;

c) Pelo CONTRATANTE, com pagamento proporcional dos serviços executados;

d) Pelo CONTRATADO, em caso de inadimplemento por mais de 30 dias.

7.2 Em caso de rescisão, as partes deverão ajustar prestação de contas proporcional ao que foi executado, com restituição ao erário público, se for o caso.

CLÁUSULA OITVA – PENALIDADES

8.1 O inadimplemento contratual por qualquer das partes implicará multa de 10% do valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos. A inexecução parcial ou qualitativa das ações previstas poderá ensejar aplicação de sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

9 **CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de Referência:

PARAGRAFO PRIMEIRO: Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

PARAGRAFO SEGUNDO: Selecionar e indicar os profissionais que participarão das capacitações oferecidas pela CONTRATADA;

PARAGRAFO TERCEIRO: Garantir a participação e a formação dos profissionais;

PARAGRAFO QUARTO: Disponibilizar salas, equipamentos, material de apoio para execução dos objetos do projeto, podendo ser nas dependências da instituição ou outro local a ser indicado pela CONTRATANTE;

PARAGRAFO QUINTO: Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato;

PARAGRAFO SEXTO: Não assumir, perante terceiros, obrigações em nome do SEBRAE/MA, em nenhum momento e circunstância e sob qualquer pretexto;

PARAGRAFO SÉTIMO: Não reproduzir, copiar ou ceder os materiais didáticos a serem utilizados na execução do projeto, sem a autorização expressa do SEBRAE/MA;

PARAGRAFO OITAVO: Emitir empenho; PARAGRAFO NONO: Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

PARAGRAFO DÉCIMO: Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas prestação dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

10.1 As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema Sebrae previstos no art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos.

10.2 As partes assumem que são expressamente contrárias à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Sistema Sebrae.

10.3 Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualque espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta, seja deforma indireta, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.4 As partes comprometem-se a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as

PREFEITURA DE
SANTA RITA
PARA CRESCER MUITO MAIS!

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 02. PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.01.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 04.128.0004.2072.0000 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de **Santa Rita/MA**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegia do que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, para que produzam efeitos legais.

Santa Rita/MA, 08 de julho de 2026

ELIANE MUNIZ DE CASTRO
CPF nº 036.021.577-76
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
PORT. 01/2025 CONTRATANTE

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
Diretor Superintendente do SEBRAE/MA

MAURO BORRALHO DE ANDRADE
Diretor Técnico do SEBRAE/MA

FOLHAS. Nº 103

PROC. Nº In 016/26

RUBRICA

CONTRATO Nº 078/2026

LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 012/2026

OBJETO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-MA., COM O OBJETIVO DE PROMOVER SEMINÁRIO JUNTO AOS EMPREENDEDORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTIMULANDO A GERAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA

VALOR CONTRATUAL

R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 22 de junho de 2026

FINAL: 11 de dezembro de 2026

DADOS DO CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – CNPJ: 12.511.093/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADM, FIN, REC. E PAT. PÚBLICO
FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA - Secretário Municipal
CPF: 772.274.254-87

DADOS DO CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA
CNPJ nº. 06.053.847/0001-10
Avenida Professor Carlos Cunha, s/n Jaracaty, São Luís-MA, CEP: 65.076-820
ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO – Diretor Superintendente do SEBRAE
MAURO BORRALHO DE ANDRADE – Diretor Técnico do SEBRAE
Dados Bancários: Banco do Brasil - AG 0020-5 - CC 149748-0 - Sebrae - Recursos Próprios

FISCAL DO CONTRATO
FRANCISCO SANTOS FONTENELE
CPF: 027.423.663-00

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DE-9A-95-5E-85

PREÂMBULO

Aos 22 de junho de 2026, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Finanças e Patrimônio Público, inscrita no CNPJ nº 12.511.093/0001-06, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-MA, COM O OBJETIVO DE PROMOVER SEMINÁRIO JUNTO AOS EMPREENDEDORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTIMULANDO A GERAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA** de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R$ Unit.	R$ Total
1	SEMINÁRIO JUNTO AOS EMPREENDEDORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTIMULANDO A GERAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA – Carga horária: 60 horas. O período de execução de 15 de junho de 2026 a 30 de julho de 2026.	Seminário	1	R$ 21.000,00	R$ 21.000,00

2.1 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.2 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.2.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.2.3 – A Proposta do Contratado;

2.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data da **assinatura do contrato** e encerramento em **11/12/2026**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CF-E3-0E-E8-63-31-DF-9A-95-5E-85

de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DF-9A-95-5E-85

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: SEC. MUN. AGRICULTURA, PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO
UNID. ORÇAMENTÁRIA: SEC. MUN. AGRICULTURA, PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO
20 Agricultura
20 606 Extensão Rural
20 606 1019 Geração de Oportunidades
20 606 1019 2175 0000 Programas de Educação e Desenvolvimento do Empreendedorismo no Meio Rural
3.3.90.39.00 OUTROS SERV DE TERC PESS JURIDICA
FR 1.500.00 100.000

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.2 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.3 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.4 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.5 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.6 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.6.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.7 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.8 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa

e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DE-9A-95-5E-85

aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DE-9A-95-5E-85

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DE-9A-95-5E-85

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia do Paruá - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Luzia do Paruá – MA, 22 de junho de 2026.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Planej. Adm.
Fin, Rec. e Pat. Público

PELA CONTRATADA

ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
Diretor Superintendente do SEBRAE

MAURO BORRALHO DE ANDRADE
Diretor Técnico do SEBRAE

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

CÓDIGO: E0-3E-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0E-E8-63-31-DE-9A-95-5E-85

FOLHAS. Nº 112
PROC. Nº 10.076/26
RUBRICA

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

CONTRATO SEBRAE X PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - FLUIG 151893

O documento acima foi proposto para assinatura digital através da plataforma de assinaturas do SEBRAE. Para verificar a autenticidade das assinaturas clique neste link https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#/search?codigo=F0-3F-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0F-E8-63-31-DF-9A-95-5E-85 acesse o site https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#/search e digite o código abaixo:

CÓDIGO: F0-3F-02-A1-DD-60-06-35-71-CE-E3-0F-E8-63-31-DF-9A-95-5E-85

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status é(são):

✔ **Albertino Leal de Barros Filho - 458.***.***-00** - 17/06/2026 18:00:41
Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 170.***.***.**3

✔ **MAURO BORRALHO DE ANDRADE - 467.***.***-15** - 19/06/2026 10:59:34
Status: Assinado Digitalmente
IP: 170.***.***.**3

✔ **FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA - 772.***.***-87** - 19/06/2026 13:24:52
Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 198.***.***.**4

PROTOCOLO DE TESTEMUNHA(S)

✔ **Julia Santos - 026.***.***-13** - 17/06/2026 11:10:20
Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 170.***.***.**0

✔ **Hudson Rondeau Dos Santos Gomes - 051.***.***-62** - 18/06/2026 14:42:33
Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível
IP: 170.***.***.**0



FOLHAS. Nº 113

PROC. Nº TM 0161/96

RUBRICA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PARA REABILITAÇÃO FISICA E FISIOTERAPIA PARA EQUIPAR ESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA/MA.**
Sambaíba/MA, 01 de julho de 2026 FOLHAS. Nº 114 PROC. Nº m 016/26 RUBRICA
MAZOLENE DUTRA DA SILVA **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 15d6cbbaa954d9daf7b6b17c9c098cf8

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2026

AVISO **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2026** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;	
DADOS DO AVISO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 044/2026	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	**Do dia 02/07/2026 (das 14h) - Até dia 07/07/2026 (às 14h)**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	**sambaibacpl@gmail.com**
O MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA/MA, inscrito no CNPJ Nº 06.229.397/0001-74, com sede à Praça José do Egito Coelho, 200, Centro, Sambaíba/MA, CEP: 65.830-000, por intermédio do Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.	
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DA SAÚDE E SUPORTE TÉCNICO ESPACIALIZADO PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA/MA.**	
Sambaíba/MA, 01 de julho de 2026 **MAZOLENE DUTRA DA SILVA** **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**	

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: ca84910d9fb4071c246adda0fd464168

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ

AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2026, assinado em 16/06/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA. Processo Administrativo nº 020/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 007/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público, CNPJ nº 12.511.093/0001-06, CONTRATADO: PRIME ELETRO LTDA, CNPJ nº 52.036.694/0001-10. Valor Global: R$ 86.900,00 (oitenta e seis mil e novecentos reais). Vigência Inicial: 16 de Junho de 2026. Vigência Final: 16 de Junho de 2027. Flavio José Padilha de Almeida - Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças Receita e Patrimônio Público. Santa Luzia do Paruá - MA, 16 de Junho de 2026.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 9ddb24deecae8b29583072602f3735ab

AVISO DO EXTRATO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2026, assinado em 24/06/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA: IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES AÉREAS MONOFÁSICO E TRIFÁSICO EM ESCOLAS PUBLICAS MUNICIPAIS EM SANTA LUZIA DO PARUÁ. Processo Administrativo nº 037/2026. Modalidade: Concorrência - Eletrônica nº 009/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.039.467/0001-06, CONTRATADO: J. CANTANHEDE PEREIRA, CNPJ nº 12.839.897/0001-20. Valor Global: R$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais). Vigência Inicial: 24 de Junho de 2026. Vigência Final: 24 de Junho de 2027. Sebastiana de Kassia Santos Freitas Moura - Secretária Municipal de Educação. Santa Luzia do Paruá - MA, 24 de Junho de 2026.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 48e585897831a1669d4317a8f967ffc2

AVISO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2026. Processo Administrativo nº 012/2026. Dispensa de Licitação nº 010/2026. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receita e Patrimônio Público. CONTRATADA: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE/MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10. **OBJETO:** Contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA, com o objetivo de promover seminário junto aos empreendedores rurais do Município de Santa Luzia do Paruá/MA, estimulando a geração de novas oportunidades de emprego e renda. **VALOR:** R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). **VIGÊNCIA:** de 22/06/2026 a 11/12/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: Secretaria Municipal de Agricultura, Produção e Abastecimento; Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura, Produção e Abastecimento; Funcional Programática: 20.606.1019.2175.0000 –

Programas de Educação e Desenvolvimento do Empreendedorismo no Meio Rural; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 1.500.00.100.000. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 22 de junho de 2026.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: d27655bf026fa3a5338d7677b82b5472

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 182/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL *QUE ENTRE SI ESTABELECEM, O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ATRAVÉS DA* ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,*** *E* ***NEUZA AUGUSTA SALES,*** *NA FORMA ABAIXO:*

O MUNICÍPIO DE SANTA SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** inscrito no CNPJ n° 30.039.467/0001-06, situado à Avenida Prof. João Moraes de Sousa n° 355, representado neste ato pela Sra. **SEBASTIANA DE KÁSSIA SANTOS FREITAS MOURA,** brasileira, casada, Secretária Municipal de Educação, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado, **NEUZA AUGUSTA SALES**, brasileira, viúva, portadora da Carteira de Identidade RG nº 000074913597-2, SESP/MA, inscrita no CPF sob nº 851.992.223-68, residente e domiciliada na Rua Magalhães de Almeida, s/n Centro, Município de Santa Luzia do Paruá-MA., doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e acordado a presente celebração, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 locação de um imóvel para funcionamento, temporário do setor administrativo da unidade integrada Carlindo Alves da Silva, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de Santa Luzia do Paruá/MA para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação

1.2 Constituem objetos do presente Termo Aditivo:

a. **Prorrogar,** nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/2021, **o prazo de vigência do contrato nº 182/2025, por mais 06 (seis) meses**, correspondente ao período de **17/06/2026** a **17/12/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste Contrato ocorrerão pela seguinte dotação:

ÓRGÃO: FUNDO MAN. DES. EDUC. BÁS. VAL. PROF. EDUCAÇÃO
UND. ORÇAMENTÁRIA:FUNDO MAN. DES. EDUC. BÁS. VAL. PROF. EDUCAÇÃO
12 Educação
12 361 Ensino Fundamental
12 361 0004 Gestão de Educação
12 361 0004 2021 0000 MANUT. E FUNC. DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FR. 1.540.00.0.1.540.0-200 002
FR. 1.541.00.0.1.541.0-200 002

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem em vigor as demais cláusulas do CONTRATO, que não foram pelo presente Termo Aditivo expressamente alteradas.

FOLHAS Nº 115
PROC. Nº 2026/26
RUBRICA

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. O presente Termo Aditivo terá o seu extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios, como condição de sua eficácia.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Santa Luzia do Paruá-MA, 11 de junho de 2026.

SEBASTIANA DE KÁSSIA SANTOS FREITAS MOURA
Secretária Municipal de Educação
CNPJ: 30.039.467/0001-06

NEUZA AUGUSTA SALES
CPF/MF nº 851.992.223-68
LOCADORA/CONTRATADA

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 72b883b6f02db140b28fedce1697a325

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES E DA ANÁLISE CURRICULAR E DE TÍTULOS

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES E DA ANÁLISE CURRICULAR E DE TÍTULOS
EDITAL Nº 001/2026 – PROCESSO SELETIVO PARA GESTORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Em cumprimento ao disposto no **Edital nº 001/2026**, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino torna público o **Resultado Definitivo das Inscrições e da Análise Curricular e de Títulos**, conforme relação abaixo:

ITEM	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A) CLASSIFICADO(A)	ESCOLA
01	001		Escola Municipal em Tempo Integral Professora Maria do Carmo Nunes
02	002		U. E. Tancredo Neves
03	003	Ana Lucy Aguiar de Almeida	U. E. São Francisco
04	004	Elizonete Fernandes Viana de Miranda	U. E. Lívia Tapa
05	005	Elaine Rodrigues Monteiro	U. E. José Alves de Andrade
06	006	Esp. Maria Campos Teixeira	Creche Escola Mãe Dulcina
07	007	Jenia Sabyla Coimbra de Oliveira	U. E. Dep. João Castelo
08	008	Jucilene Sousa de Nascimento	U. E. Francisco Calixto do Soare
09	009	José Oliveira Brito	U. E. Heermes Curtiss
10	010	Josimar Silva dos Anjos	U. E. Dra. Adelle Almeida Alves
11	011	Maria Edilanda Sousa Santos	U. E. Presidente Médici
12	012	Maria Isilene Sousa Oliveira	Creche Municipal Prof.ª Raimunda Lucena
13	013	[illegible]	Centro Educacional Sofrer Torres
14	014	Vanderlene da Silva Araújo Costa	Creche Adolfo Lopes
15	015	Wanderlany Santos dos Lima	U. E. Dom Pedro II
16	016	Francisco Pereira Lima da Silva	U. E. Antônio Lopes de Lima
17	017	Terezinha Caldas da Silva	U. E. Manoel Barbosa
18	018	[illegible]	U. E. Dep. José Rocha
19	019	Ailde Pereira Viana Oliveira	U. E. Gardênia Ribeiro
20	020	Pedro Lucas da Fonseca Santos	U. E. São José do Bigo
21	021	Alessandra Carvalho Leal	U. E. Gonçalves Dias
22	022	Maria da Consolação Gonçalves Silva	U. E. Cristóvão Colombo
23	023	Jucilina Ramos de Oliveira	U. E. Rui Barbosa
24	024	Maria Raimunda de Sousa Lima	U. E. José de Alencar
25	025	Dilsiria Mery de Almeida Portela	U. E. Santa Luzia
26	026	Maria da Silva Sousa	U. E. Sebastião de Oliveira

FOLHAS. Nº 116

PROC. Nº IN 026/26

RUBRICA

CONTRATO 004.001/2026

Ente: São João dos Patos

Entidade Licitante: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - 06.089.668/0001-33 - 020300

ID Procedimento: IN0042026SEMAD

ID Contrato: IN004.0012026SEMAD

Número Contrato/Ano: 004.001/2026

Cpf Cnpj: 06.053.847/0001-10

Número Processo/Ano: 1205004/2026

Data Assinatura: 29/06/2026

Data Início: 29/06/2026

Data Fim: 29/06/2027

Valor: R$ 14.662,50

Status: Informação aceita

Objeto:
O objeto do presente instrumento com prestação de serviços de Consultoria destinadas às Micros e Pequenas Empresas para fortalecimento da economia no municípiopor meio de capacitações que favoreça a formalização de novos negócios, geração de renda, desenvolvimento do comércio local, capacitação de mão de obra e fortalecimento de vínculos comunitários a partir das feiras e eventos regionais...

Procedimento

Ente: São João dos Patos

Entidade Licitante: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - 06089668000133

Número Processo/Ano: 1205004/2026

Número Procedimento/Ano: 4/2026

Data Publicação: -

Número Lei/Ano: -

Procedimento: IN - Inexigibilidade

Critério: 1 - Menor Preço

Finalidade: 4 - Aquisição de serviços

Sistema Pregão: -

Data Adesão: -

Regime Execução: 9 - Outros

Valor **Estimado:** R$ 14.662,50

Data Sessão: -

CPF Autoridade: 639.206.623-34

Sanção Contratado

ENTIDADE CONTRATANTE	CONTRATADO	TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	AMPLITUDE
Sem resultados					

Alteração Contratual

ENTIDADE CONTRATANTE	CPF AUTORIDADE	TIPO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	VALOR

Sem resultados

FOLHAS. Nº 117

PROC. Nº 11076/26

RUBRICA

Substitutivo Contrato

ENTIDADE CONTRATANTE	CONTRATADO	ID CONTRATO PNCP	VALOR

Sem resultados

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PASTOS BONS

FOLHAS. Nº 118
PROC. Nº 2026/26
RUBRICA

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao
Departamento de Contabilidade
Prefeitura Municipal de Pastos Bons

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/MA PARA EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO APOIAGOV, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E AO ACOMPANHAMENTO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MUNICIPAL EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA..

Senhor Contador,

Venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria que informe sobre a disponibilidade orçamentária, bem como a classificação orçamentária/financeira dos recursos para custeio da despesa referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº** 2026063/2026, cujo objeto é Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA..

O valor total estimado da presente demanda é de R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais).

Para tanto, encaminhamos os autos do processo administrativo acima identificado.

Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Pastos Bons - MA, 1 de Setembro de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 03/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

PASTOS BONS

FOLHAS. Nº 119
PROC. Nº 2026063/26
RUBRICA

INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/MA PARA EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO APOIAGOV, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E AO ACOMPANHAMENTO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MUNICIPAL EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA..

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, que revendo a Lei Orçamentária vigente no corrente exercício financeiro, verificou-se que há programa, classificação e disponibilidade orçamentária necessária e suficiente para Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., objeto do Processo Administrativo nº 2026063/2026, podendo ainda, se for o caso, ser o saldo orçamentário suplementado, sob a seguinte rubrica:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 03 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
CLASSIFICAÇÃO: 04.122.0020.2005.0000 MANUT FUNC DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante..

Pastos Bons - MA, 2 de Setembro de 2026

Elanne D.B. Grangeiro
Elanne Duarte Barros Grangeiro
Diretora Dep. Contabilidade
040/2025

FOLHAS. Nº 120
PROC. Nº 1N016/26
RUBRICA

PORTARIA N.º 40/2025-GAB

"Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma;

RESOLVE:

Art. 1º- **NOMEAR** a senhora **ELANNE DUARTE BARROS GRANGEIRO, CPF: 047.948.973-40**, para exercer o cargo comissionado de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE,** deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320

Assinado de forma digital por ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=27842417000158, ou=AC SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil, cn=ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
Dados: 2025.01.01 20:19:04 -03'00'

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025/2028

Este documento foi PUBLICADO no Diário Oficial do Município-DOM
Em 02/01/2025
Servidor Responsável pela Publicação

PORTARIA

PORTARIA N.º 34/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO, Servidor Efetivo, CPF: 011.947.223-89, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 35/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR a senhora LAYS FERREIRA BARROS, CPF: 051.891.301-50, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO, MATERIAL E PATRIMÔNIO, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 36/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR a senhora ELIDIANGELA NOLETO DE SOUZA, CPF: 900.437.233-49, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 37/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR a senhora CARLA PATRICIA SANTOS DE MORAIS, CPF: 042.615.903-44, para exercer o cargo comissionado de ASSESSORA NÍVEL I, lotada no Departamento de Arrecadação e Fiscalização de Tributos, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 38/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor RAFAEL GOMES DA SILVA, CPF: 609.319.673-92, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR NÍVEL I, lotado no Departamento de Contabilidade, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

FOLHAS. Nº 12A
PROC. Nº 1N016/26

PORTARIA

PORTARIA N.º 39/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor LUAN MARCOS SIQUEIRA AGUIAR, CPF: 083.055.233-16, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR NÍVEL I, lotado no Departamento de Contabilidade, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 40/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR a senhora ELANNE DUARTE BARROS GRANGEIRO, CPF: 047.948.973-40, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 41/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor ROBSON CAVALCANTE DE BARROS, CPF: 607.077.683-65, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR NÍVEL I, lotado na Comissão Permanente de Licitação, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO

PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 42/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor PAULO HENRIQUE ANTUNES DE SOUSA, CPF: 556.896.123-91, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR NÍVEL II, lotado na Secretária Municipal de Trânsito e Transporte, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PASTOS BONS

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador(a) de despesas, **DECLARO**, nos termos do Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD e para fins de informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a presente despesa, cujo objeto é Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., no valor R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Declaro ainda que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, especialmente aqueles contidos nos artigos 16 e 17, pois está abrangida pelos créditos genéricos, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites estabelecidos para o presente exercício financeiro.

Pastos Bons - MA, 2 de Setembro de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 03/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, LEI Nº 133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, destinada à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, pelo período de 12 meses, no Município de Pastos Bons/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços possuem natureza técnica especializada e predominantemente intelectual, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme caracterização e justificativa constantes do Estudo Técnico Preliminar.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor estimado da participação financeira do Município é de R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), conforme proposta apresentada e especificação constante da tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	Execução da solução ApoiaGov para implantação e acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, compreendendo diagnóstico, capacitação, monitoramento estratégico, execução assistida, mentoria e consolidação dos resultados, pelo período de 12 meses.	Serviço	1	R$ 8.832,00	R$ 8.832,00
Valor Total					**R$ 8.832,00**

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aprimorar a capacidade técnica e organizacional do Município de Pastos Bons/MA para identificar, selecionar e acompanhar oportunidades de captação de recursos públicos disponibilizados pelos governos federal e estadual, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.2. A captação de recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios, programas e instrumentos congêneres exige acompanhamento contínuo das oportunidades, análise dos requisitos de participação, organização documental, elaboração de propostas tecnicamente consistentes, controle de prazos e monitoramento dos procedimentos até a conclusão de cada demanda.

3.3. A insuficiência de capacitação específica, de procedimentos padronizados e de acompanhamento sistemático pode ocasionar perda de prazos, apresentação de documentação incompleta, inadequação das propostas e redução das possibilidades de celebração de instrumentos com os órgãos concedentes. Essa limitação interfere na capacidade municipal de obter recursos adicionais para investimentos em infraestrutura, saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico e outras políticas públicas.

3.4. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de solução técnica especializada que contemple diagnóstico institucional, capacitação dos servidores, estruturação e padronização dos processos, mapeamento de oportunidades, monitoramento estratégico, execução assistida de propostas, mentoria técnica e avaliação dos resultados.

3.5. A contratação pretende fortalecer a equipe municipal e instituir uma estrutura permanente e organizada de captação de recursos públicos, melhorando a qualidade e a tempestividade das propostas e ampliando a capacidade de planejamento e investimento do Município. Ressalta-se que a aprovação das propostas e a efetiva liberação de recursos dependem dos requisitos dos respectivos programas e da decisão dos órgãos concedentes, não constituindo obrigação de resultado da futura contratada.

3.6. O Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, apresenta o detalhamento do problema, o levantamento das alternativas e a justificativa técnica e econômica da solução escolhida.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A contratação não consta do Plano de Contratações Anual informado pela Organização. O prosseguimento do processo deverá ser acompanhado de justificativa formal e, quando cabível, da correspondente compatibilização com o planejamento anual.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

A solução consiste na prestação de serviços técnicos especializados pelo SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, destinada à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos no Município de Pastos Bons/MA, pelo período de 12 meses.

A execução compreenderá diagnóstico institucional, capacitação dos servidores, estruturação e padronização de processos, identificação de oportunidades, monitoramento de prazos, execução assistida de propostas, mentoria técnica, avaliação de desempenho e consolidação dos resultados.

1. Fase de diagnóstico e capacitação estruturante

A primeira fase compreenderá:

a) realização de diagnóstico da maturidade institucional do Município quanto à identificação de oportunidades, elaboração de propostas, formalização de instrumentos e acompanhamento dos procedimentos de captação de recursos;

b) identificação das principais limitações técnicas, operacionais e organizacionais existentes;

c) mapeamento estratégico de programas, editais, convênios e demais oportunidades de captação de recursos federais e estaduais compatíveis com as políticas públicas municipais;

d) realização de capacitação técnica dos servidores municipais, com carga horária mínima de 40 horas, abordando identificação de oportunidades, análise de requisitos, elaboração de propostas, gestão de prazos e acompanhamento dos instrumentos;

e) fornecimento dos materiais utilizados na capacitação, em formato físico ou digital;

f) registro da participação dos servidores nas atividades de capacitação;

g) definição e padronização dos processos, fluxos de trabalho, responsabilidades e documentos relacionados à captação de recursos públicos.

2. Fase de monitoramento estratégico contínuo

A segunda fase será desenvolvida ao longo da execução e compreenderá:

a) identificação contínua de editais, programas e oportunidades de captação de recursos;

b) análise preliminar da compatibilidade das oportunidades com as necessidades, prioridades e condições do Município;

c) organização e priorização das oportunidades identificadas, em conjunto com a equipe municipal;

d) acompanhamento sistemático dos prazos e das condições de participação;

e) orientação quanto à documentação necessária para apresentação das propostas;

f) execução assistida das propostas selecionadas pelo Município, preservadas as atribuições, decisões e responsabilidades dos agentes públicos municipais;

g) prestação de mentoria técnica especializada à equipe responsável;

h) registro das oportunidades identificadas, analisadas, priorizadas e acompanhadas;

i) apresentação de relatórios periódicos das atividades executadas, conforme cronograma aprovado pela Administração.

3. Fase de consolidação dos resultados

A terceira fase compreenderá:

a) avaliação da evolução da capacidade técnica e organizacional do Município;

b) apuração de indicadores relativos às oportunidades identificadas, propostas assistidas, propostas apresentadas e instrumentos eventualmente celebrados;

c) análise dos resultados institucionais e financeiros alcançados durante a execução;

d) identificação das dificuldades encontradas e das medidas adotadas para sua superação;

e) elaboração de relatório final consolidado;

f) apresentação de recomendações para continuidade e aperfeiçoamento da estrutura municipal de captação de recursos.

4. Produtos e entregas mínimas

A contratada deverá apresentar, no mínimo:

1. plano de trabalho com metodologia, etapas, responsáveis, cronograma de execução e formas de acompanhamento;
2. relatório de diagnóstico da maturidade institucional do Município;
3. mapeamento inicial das oportunidades de captação de recursos;
4. capacitação técnica com carga horária mínima de 40 horas, acompanhada dos materiais utilizados e dos registros de participação;
5. documento contendo os processos, fluxos, responsabilidades e instrumentos padronizados;
6. registros das oportunidades identificadas e das propostas que receberam execução assistida;
7. relatórios periódicos de acompanhamento das atividades;
8. relatório final contendo indicadores, resultados alcançados, impactos institucionais e financeiros e recomendações para continuidade.

5. Condições gerais de execução

Os serviços serão executados durante 12 meses, de forma presencial, remota ou híbrida, conforme o plano de trabalho aprovado pelo Município. As atividades deverão ser realizadas em articulação com a equipe municipal designada, observando as prioridades definidas pela Administração.

Todos os documentos, relatórios, materiais e demais produtos deverão ser entregues em formato digital editável e em PDF, quando aplicável, permitindo sua análise, utilização e arquivamento pelo Município.

A contratada deverá manter o sigilo das informações, documentos, dados e credenciais aos quais tiver acesso, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto.

A obtenção de recursos, a aprovação das propostas e a celebração de convênios ou instrumentos congêneres não constituem obrigação de resultado da contratada, pois dependem da disponibilidade dos programas, do cumprimento dos requisitos pelo Município e da análise e decisão dos respectivos órgãos concedentes.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- execução integrada das etapas de diagnóstico, capacitação, estruturação de processos, monitoramento, execução assistida, mentoria e avaliação dos resultados;
- prazo de execução de 12 meses e carga horária mínima de 40 horas para a capacitação dos servidores;
- apresentação de plano de trabalho com metodologia, cronograma físico-financeiro, responsáveis, produtos e critérios de acompanhamento;
- disponibilização de equipe com experiência compatível com gestão pública, elaboração de projetos, capacitação e captação de recursos;
- registro das atividades e entrega dos produtos em formato digital editável e em PDF, quando aplicável;

- manutenção de sigilo sobre documentos, informações, dados e credenciais disponibilizados pelo Município, com observância da legislação de proteção de dados;
- correção, sem custo adicional, das entregas que apresentem erro ou desconformidade com o escopo aprovado;
- priorização de documentos digitais, uso racional de recursos e realização de atividades remotas quando compatíveis com a qualidade da execução;
- ausência de garantia de aprovação de propostas ou liberação de recursos, por dependerem da disponibilidade dos programas e da decisão dos órgãos concedentes.

O fornecimento de plataforma ou software não integra o objeto, pois não está expressamente previsto na proposta. Qualquer ferramenta tecnológica adicional dependerá de prévio detalhamento, justificativa e formalização, sem geração automática de custos para o Município.

7. DA VISTORIA

7.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

8.1. Não se aplica a exigência de garantia de proposta, considerando que a seleção ocorrerá por contratação direta.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não será exigida garantia contratual, considerando o valor, a natureza e o baixo risco da contratação, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação total nem a transferência da responsabilidade institucional pelo objeto. A utilização de profissionais ou consultores designados pelo SEBRAE/MA para atividades específicas deverá ser previamente informada, permanecer sob sua coordenação e responsabilidade e não poderá descaracterizar as condições que fundamentaram a contratação direta.

11. DA INAPLICABILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As regras de participação exclusiva, reserva de cota, preferência de desempate e prioridade local previstas na Lei Complementar nº 123/2006 não se aplicam ao presente procedimento, pois se trata de contratação direta de instituição previamente identificada, sem disputa entre licitantes.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contado da data estabelecida no instrumento contratual. O início da execução ocorrerá mediante ordem de serviço, devendo o cronograma ser compatibilizado com o prazo de vigência.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado por contratação direta, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, condicionada à comprovação de que o

SEBRAE/MA é instituição brasileira sem fins lucrativos, possui finalidade estatutária compatível com o objeto e detém inquestionável reputação ética e profissional.

O processo deverá conter a razão da escolha do contratado, a justificativa do preço, a demonstração da disponibilidade orçamentária, os documentos de habilitação e a autorização da autoridade competente, além dos demais elementos exigidos para a contratação direta.

Forma de execução

A execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com medição e pagamento vinculados aos produtos e às etapas definidos no cronograma físico-financeiro aprovado.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

14.2. A proposta deverá discriminar o escopo, as etapas, os produtos, o período de execução, o valor global do projeto, a participação financeira de cada partícipe, as condições de pagamento e o prazo de validade, além de apresentar cronograma físico-financeiro compatível com este Termo de Referência.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para a contratação direta, deverão ser apresentados documentos suficientes para comprovar a habilitação e os requisitos específicos do art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

Habilitação jurídica e institucional

- ato constitutivo ou estatuto social vigente, acompanhado dos documentos de eleição ou designação dos representantes;
- comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- documento que comprove os poderes do representante responsável pela assinatura;
- comprovação da ausência de finalidade lucrativa e da compatibilidade entre as finalidades estatutárias e o objeto contratado;
- elementos que demonstrem a inquestionável reputação ética e profissional da instituição.

Regularidade fiscal, social e trabalhista

- regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede da instituição;
- regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Qualificação econômico-financeira

- certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou documento equivalente compatível com a natureza jurídica da instituição, dentro do prazo de validade.

Qualificação técnica

- atestados, contratos, portfólio ou outros documentos que comprovem experiência em serviços compatíveis com o objeto;
- apresentação da metodologia ApoiaGov e da relação dos profissionais responsáveis, com indicação de formação e experiência compatíveis;
- comprovação de capacidade para realizar diagnóstico, capacitação, monitoramento, mentoria e avaliação de resultados durante os 12 meses de execução.

Também deverão ser realizadas as consultas aos cadastros de sanções e impedimentos aplicáveis, bem como exigidas as declarações previstas na Lei nº 14.133/2021 que sejam compatíveis com a natureza da contratação e da entidade.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1. Início da execução do objeto

A execução dos serviços deverá ser iniciada em até **5 dias úteis**, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração, após a assinatura do instrumento contratual.

1.2. Métodos, rotinas, etapas, tecnologias, frequência e periodicidade

A execução ocorrerá durante o período de 12 meses, observando as seguintes etapas:

a) **Mobilização e planejamento:** realização de reunião inicial com a equipe municipal e apresentação do plano de trabalho, contendo o detalhamento das atividades, responsabilidades, entregas e cronograma de execução;

b) Fase 1 – Diagnóstico e capacitação estruturante: realizada nos três primeiros meses, compreendendo o diagnóstico da maturidade institucional, o mapeamento estratégico de oportunidades, a capacitação dos servidores com carga horária mínima de 40 horas e a padronização dos processos de captação de recursos;

c) **Fase 2 – Monitoramento estratégico contínuo:** realizada após a fase inicial e mantida até o décimo primeiro mês, compreendendo a identificação e priorização de editais e programas, o acompanhamento de prazos, a execução assistida de propostas e a mentoria técnica especializada;

d) **Fase 3 – Consolidação dos resultados:** realizada no último mês da execução, compreendendo a avaliação do desempenho, a apuração dos indicadores, a elaboração do relatório de impacto institucional e financeiro e a apresentação de recomendações para continuidade das ações;

e) o monitoramento das oportunidades será realizado continuamente durante a fase correspondente, com comunicação tempestiva à equipe municipal sempre que forem identificados programas ou editais compatíveis com as necessidades do Município;

f) deverá ser realizada, no mínimo, uma reunião de acompanhamento por mês, presencial ou remota, conforme o plano de trabalho;

g) a contratada deverá apresentar relatório mensal das atividades executadas, das oportunidades identificadas, dos prazos acompanhados, das propostas assistidas e das orientações prestadas;

h) os serviços poderão utilizar correio eletrônico, videoconferência, repositórios digitais compartilhados e sistemas oficiais dos governos federal e estadual, observadas as regras de segurança da informação e de proteção de dados;

i) todas as atividades deverão ser registradas por meio de relatórios, listas de presença, atas, materiais de capacitação, registros de atendimento ou outros documentos que permitam à fiscalização comprovar a execução;

j) eventuais alterações no cronograma deverão ser previamente justificadas pela contratada e aprovadas pelo gestor ou fiscal do contrato, sem prejuízo do prazo total de execução.

Materiais a serem disponibilizados

16.1. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, sem custo adicional, os materiais didáticos, modelos, formulários e recursos técnicos sob sua responsabilidade previstos no plano de trabalho. O Município disponibilizará a estrutura física, os equipamentos e o acesso à internet de sua responsabilidade, quando necessários às atividades.

Correção e adequação das entregas

16.2. As entregas que apresentarem erro, insuficiência ou desconformidade deverão ser corrigidas pela contratada, sem custo adicional, no prazo de até 5 dias úteis contado da notificação, salvo prazo distinto definido pela fiscalização em razão da complexidade do ajuste.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Pastos Bons deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Cada produto ou relatório será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança correspondente, para verificação de sua conformidade com o Termo de Referência, o plano de trabalho e a proposta.

O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver incompleto ou em desacordo com as especificações, devendo ser corrigido no prazo de até 5 dias úteis contado da notificação, sem custos adicionais para o Município.

O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado ou atesto equivalente, desde que comprovada a execução da etapa e sanadas eventuais pendências.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período quando forem necessárias diligências para aferição do cumprimento das exigências.

Na hipótese de controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021 quanto à parcela incontroversa.

O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da contratada pela qualidade, exatidão e adequada execução dos serviços.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, após a entrega e o recebimento definitivo dos respectivos produtos ou etapas, observado o limite global contratado.

Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente terá o prazo de até 10 dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa.

FOLHAS. Nº 135
PROC. Nº 2026063/26
RUBRICA

DESPACHO PARA PARECER DE MINUTA

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	2026063/2026
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	016/2026
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/MA PARA EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO APOIAGOV, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E AO ACOMPANHAMENTO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MUNICIPAL EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA.
VALOR ESTIMADO:	R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais)

Encaminhando em anexo a essa egrégia Assessoria Jurídica os autos do processo administrativo em epígrafe, para análise jurídica da contratação bem como controle prévio de legalidade, nos termos do § 4º, do art. 53 da Lei 14.133/2021.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026

José Burnett Pereira da Silva
Secretario de Administração
Portaria nº 03/2025

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2026063/2026

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov e implantação do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL. CONSULTORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO DEMONSTRADA NO CASO CONCRETO. ARTIGOS 72 E 74, INCISO III, ALÍNEAS C E F, E §§ 3º E 4º, DA LEI Nº 14.133/2021. VIABILIDADE JURÍDICA CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.

I RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo destinado à contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - SEBRAE/MA para executar, durante 12 meses, a solução ApoiaGov, voltada à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos no Município de Pastos Bons/MA.

Conforme os documentos submetidos à análise, a solução compreende diagnóstico institucional, planejamento, consultoria técnica, capacitação e aperfeiçoamento de servidores, estruturação de processos, monitoramento de oportunidades, execução assistida, mentoria e avaliação de resultados.

O valor global do projeto é de R$ 58.800,00, dos quais R$ 8.832,00 constituem a participação financeira do Município e R$ 49.968,00 correspondem à contrapartida financeira do SEBRAE/MA, conforme a proposta juntada aos autos.

A instrução apresentada inclui, entre outros documentos, o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a proposta técnica e comercial, os documentos de habilitação, a pesquisa e a justificativa de preços, a razão da escolha do contratado e a minuta do contrato.

É o relatório. Passa-se à análise jurídica.

II DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação restringe-se ao controle prévio de legalidade da contratação direta e da minuta contratual, nos termos dos artigos 53, § 4º, e 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Não abrange juízos de conveniência e oportunidade, nem substitui as avaliações técnicas, contábeis, orçamentárias e financeiras atribuídas aos setores competentes.

As informações sobre a necessidade administrativa, a adequação da metodologia, os resultados esperados, os quantitativos, a compatibilidade dos preços e a capacidade técnica do futuro contratado devem estar motivadas e comprovadas nos autos pelos agentes responsáveis.

III FUNDAMENTAÇÃO

III.1 Regra constitucional e contratação direta

O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece a licitação como regra para as contratações públicas, ressalvados os casos especificados em lei. A inexigibilidade não constitui dispensa de competição por conveniência administrativa; pressupõe a inviabilidade concreta de competição, devidamente demonstrada no processo.

Nos termos do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, a licitação é inexigível quando inviável a competição. Entre as hipóteses legais está a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

III.2 Enquadramento do objeto no artigo 74, inciso III

O objeto examinado não se limita ao fornecimento ou licenciamento de software. A plataforma ApoiaGov integra uma solução mais ampla, cuja prestação principal envolve diagnóstico, planejamento, consultoria, capacitação, mentoria e acompanhamento técnico da equipe municipal. Predomina, portanto, o componente intelectual e personalizado da atuação profissional.

Nesse contexto, o enquadramento jurídico adequado está no artigo 74, inciso III, alíneas c e f, da Lei nº 14.133/2021, que contempla assessorias ou consultorias técnicas e treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. A incidência do inciso I, reservado ao fornecedor exclusivo de materiais, equipamentos, gêneros ou serviços, não deve constituir o fundamento central desta contratação.

O eventual uso de metodologia ou plataforma própria reforça a individualização da solução, mas não dispensa a demonstração cumulativa de que o objeto é técnico especializado, de natureza predominantemente intelectual, de que o SEBRAE/MA possui notória especialização e de que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação da necessidade municipal.

III.3 Notória especialização e inviabilidade de competição

O § 3° do artigo 74 considera de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado ao objeto.

A escolha do SEBRAE/MA deve ser sustentada por elementos concretos, tais como sua experiência institucional em desenvolvimento territorial e fortalecimento da gestão pública, a metodologia específica da solução ApoiaGov, a qualificação da equipe indicada e a execução anterior de objetos idênticos ou semelhantes. A notoriedade não pode ser presumida apenas pela denominação ou natureza institucional da entidade.

A inviabilidade de competição, por sua vez, deve decorrer da relação entre as características da necessidade administrativa e a especialização diferenciada do contratado. Não se exige que o serviço seja absolutamente único, mas o processo deve demonstrar, de modo motivado, por que a seleção mediante critérios ordinários de disputa não se mostra adequada e por que a atuação do SEBRAE/MA oferece segurança técnica indispensável ao resultado pretendido.

Em razão do § 4° do artigo 74, a equipe ou os profissionais cuja qualificação tenha justificado a inexigibilidade devem ser identificados nos autos e participar da execução, sendo vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles considerados na motivação da escolha.

III.4 Instrução do processo e justificativa de preço

O artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta seja instruído com os documentos de planejamento, a estimativa da despesa, o parecer jurídico e os pareceres técnicos cabíveis, a demonstração da compatibilidade orçamentária, a comprovação

da habilitação, a razão da escolha, a justificativa de preço e a autorização da autoridade competente.

Na inexigibilidade, a justificativa de preço não se confunde com disputa entre propostas. A razoabilidade do valor deve ser demonstrada, preferencialmente, pela comparação da proposta com preços praticados pelo próprio SEBRAE/MA em contratações contemporâneas de objeto idêntico ou semelhante, considerando escopo, prazo, produtos, quantidade de participantes, deslocamentos, contrapartidas e demais condições capazes de afetar o preço.

Os contratos juntados aos autos somente devem integrar a memória de cálculo quando houver comparabilidade material. Eventuais diferenças devem ser explicitadas no relatório de pesquisa de preços, evitando-se utilizar como referência contratações de natureza substancialmente distinta. A Administração deve ainda certificar que o valor de R$ 8.832,00 representa a obrigação financeira máxima do Município e que a contrapartida de R$ 49.968,00 está formalmente assumida pelo SEBRAE/MA.

III.5 Habilitação e disponibilidade orçamentária

Antes da autorização e da assinatura, devem estar válidos os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigíveis e compatíveis com o objeto. Também devem constar a indicação da dotação, a reserva orçamentária e a declaração de adequação da despesa, conforme a legislação financeira aplicável.

III.6 Exame da minuta contratual

A minuta contratual deve refletir a natureza de contrato por escopo, com vigência de 12 meses, início condicionado à ordem de serviço, definição das etapas e produtos, critérios de recebimento, fiscalização, forma de pagamento, proteção de dados, sanções, hipóteses de extinção e vedação de subcontratação incompatível com o artigo 74, § 4º.

O valor contratual deve distinguir expressamente o valor global do projeto, a participação financeira municipal e a contrapartida do SEBRAE/MA, sem indicar percentuais divergentes dos valores absolutos. O cronograma físico-financeiro deve vincular cada pagamento aos produtos efetivamente executados, conferidos e recebidos pela fiscalização.

Com as adequações acima e a compatibilização integral entre Termo de Referência, proposta, justificativa de preço e contrato, não se identifica óbice jurídico à utilização da minuta.

III.7 Publicidade e eficácia

O ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do artigo 72, parágrafo único. A divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 10 dias úteis contado da assinatura, é condição indispensável para sua eficácia, conforme o artigo 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

IV RECOMENDAÇÕES PARA O PROSSEGUIMENTO

O prosseguimento do processo fica condicionado à conferência e, se necessário, à complementação dos seguintes elementos:

a) fundamentação da inexigibilidade no artigo 74, inciso III, alíneas c e f, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, com demonstração concreta da inviabilidade de competição;

b) documentos que comprovem a notória especialização do SEBRAE/MA e a adequação específica da solução ApoiaGov à necessidade municipal;

c) identificação da equipe técnica considerada na escolha e compromisso de sua participação efetiva na execução, em observância ao artigo 74, § 4º;

d) razão da escolha do contratado e justificativa de preço apoiadas em contratações efetivamente comparáveis, com explicação das diferenças de escopo e condições;

e) proposta ou declaração retificada que elimine eventual divergência entre percentuais e valores, mantendo como referência R$ 58.800,00 de valor global, R$ 8.832,00 de participação municipal e R$ 49.968,00 de contrapartida do SEBRAE/MA;

f) comprovação da disponibilidade e da adequação orçamentária, acompanhada da respectiva reserva;

g) certidões e documentos de habilitação válidos na data da contratação;

h) compatibilização final do DFD, ETP, Termo de Referência, proposta, cronograma físico-financeiro e minuta contratual;

i) designação formal do gestor e do fiscal do contrato;

j) autorização motivada da autoridade competente e posterior divulgação no sítio oficial e no PNCP nos prazos legais.

FOLHAS. Nº 124
PROC. Nº 10.016/26
RUBRICA

V CONCLUSÃO

Diante do exposto, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Procuradoria Municipal opina pela possibilidade jurídica da contratação direta do SEBRAE/MA, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alíneas c e f, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente certifique o cumprimento integral das recomendações constantes deste parecer e a permanência das condições de habilitação e disponibilidade orçamentária.

Ressalva-se que a decisão de contratar pertence à autoridade administrativa, a quem compete avaliar a conveniência, a oportunidade, a adequação técnica e a economicidade da contratação, mediante motivação expressa nos autos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Pastos Bons/MA, 10 de setembro de 2026.

BERNARDINO REGO NETO
OAB/MA 13.551
Procurador Municipal

FOLHAS. Nº 142
PROC. Nº JN016/26
RUBRICA

PORTARIA N.º 09/2025-GAB

"Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma;

RESOLVE:

Art. 1º- **NOMEAR** o senhor **BERNARDINO REGO NETO, CPF: 043.774.063-37**, para exercer o cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320

Assinado de forma digital por ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=27842417000158, ou=AC SyngularID Multipla, ou=ICP Brasil, cn=ENOQUE FERREIRA MOTA NETO:33675023320
Dados: 2025.01.01 19:26:45 -03'00'

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025/2028

Este documento foi PUBLICADO no Diário Oficial do Município-DOM
Em 08/01/2025
Servidor Responsável pela Publicação

tura agendada para 27 de Janeiro de 2025 às 08:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, https://www.compraspastosbonsma.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pastos Bons - MA, 8 de Janeiro de 2025. Raphael de Sousa Gonçalves Agente de Contratação/Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 A Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículos para atender as necessidades do Município de Pastos Bons/MA.. A sessão será realizada através do Portal Compras Pastos Bons, pelo endereço eletrônico https://www.compraspastosbonsma.com.br/, com data de abertura agendada para 27 de Janeiro de 2025 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, https://www.compraspastosbonsma.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pastos Bons - MA, 8 de Janeiro de 2025. Raphael de Sousa Gonçalves Agente de Contratação/Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 A Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículos para o Transporte Escolar da zona urbana e rural para atender as necessidades do Município de Pastos Bons/MA.. A sessão será realizada através do Portal Compras Pastos Bons, pelo endereço eletrônico https://www.compraspastosbonsma.com.br/, com data de abertura agendada para 27 de Janeiro de 2025 às 10:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, https://www.compraspastosbonsma.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pastos Bons - MA, 8 de Janeiro de 2025. Raphael de Sousa Gonçalves Agente de Contratação/Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA

PORTARIA N.º 09/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor BERNARDINO REGO NETO, CPF: 043.774.063-37, para exercer o cargo comissionado de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 10/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma: RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor ICARO RENNER DA ROCHA RIBEIRO, CPF: 625.771.783.38, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 11/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor WELLINGTON CESAR CARVALHO REGO, CPF: 390.009.663.53, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

FOLHAS. Nº 43

PROC. Nº IN016/26

RUBRICA

PORTARIA

PORTARIA N.º 12/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor DÁRIO DE JESUS SARAIVA FERREIRA, CPF: 968.594.823-20, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 13/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor JAIR ALVES CORREA, CPF: 551.027.193-00, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 14/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor BENTO ALVES BARROS FILHO, CPF: 837.544.313-15, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, EMPREGO E RENDA, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos primeiro (01) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). ENOQUE FERREIRA MOTA NETO PREFEITO MUNICIPAL GESTÃO 2025/2028

PORTARIA

PORTARIA N.º 15/2025-GAB "Dispõe sobre Nomeação para cargo comissionado e dá outras providências." O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 497/2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-Ma; RESOLVE: Art. 1º- NOMEAR o senhor RAIFRAN DE JESUS SILVA, CPF: 822.787.503-30, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, deste município de Pastos Bons, Estado do Maranhão. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Pastos

FOLHAS. Nº 144

PROC. Nº 1N016/26

RUBRICA



PASTOS BONS-CARTORIO DE OFICIO UNICO

IRACY MOTA CAMAPUM - Tabelia

CNPJ:12.122.768/0001-17 - CNS:030858

Av. Domingos Sertao, 1088 São Jose CEP:65870000 Pastos Bons-MA

AUTENTICO E DOU FE QUE A COPIA E A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA.

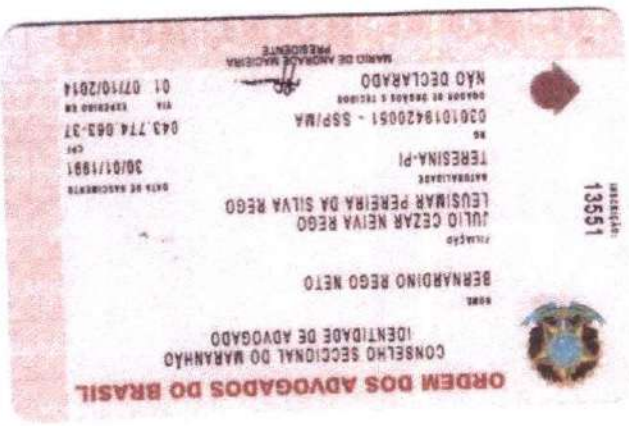
Em Test. _____ da verdade. Pastos Bons-MA, 08/01/2025.

CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO
COMARCA PASTOS BONS MA
IRACY MOTA CAMAPUM

IRACY MOTA CAMAPUM-TABELIA

ATO 13.18 - Emol 5,92 FERC 0,17 FEMP 0,23 FADEP 0,23

Selo: AUTENT030858WJSNVRN2QNKL9A38-Consulte em selo.tjma.jus.br



FOLHAS. Nº 145
PROC. Nº JV016/26
RUBRICA

SAAE
PASTOS BONS - MA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - POSTOS BONS - MA
Rua Barão do Rio Branco, S/Nº - São José
Pastos Bons - MA - CEP: 65870-000
C.N.P.J.: 06.217.269/0001-00
INSC. ESTADUAL: ISENTA

CONTA D'ÁGUA

Folha: 01/01

INSCRIÇÃO	CLS	TAR	ECONOMIAS RES	COM	IND	PÚB	OUT	NF/CONTA	EMISSÃO	MES/REF
0000355.3	PAR	COM	0	1	0	0	0	240053425	28/11/24	DEZ/2024

BERNARDINO REGO NETO
AV DOMINGOS SERTAO,
SAO JOSE
PASTOS BONS
ENDEREÇO DE ENTREGA

Cep: 65.870-000
MARANHÃO

CPF: ***.**[illegible]07

00.00.01.0000000020
LOCALIZAÇÃO

MÊS FAT.	CONS.	OCO	DC			CÓD.	DESCRIÇÃO	PREST.	VALOR
DES/24	10	***	***		10	001	TARIFA DE AGUA		38,32
NOV/24	10	000	000		10	016	Multa por Atraso - 10/2024		0,77
OUT/24	10	000	000		10	017	Encargos (10/2024) 16 dias		0,16
SET/24	10	000	000		10				
AGO/24	10	000	000		10				
JUL/24	10	000	000		10				
JUN/24	10	000	000		10				

Média: 00010

HIDRÔMETRO	DATA INSTALAÇÃO	LEIT. ANT.	DATA LEITURA	LEIT. ATUAL	DATA LEITURA	CONSUMO	DIAS / CONSUMO	OCORRÊNCIA	LEITURISTA
SEM HIDROM	**/**/****	*****	**/**/****	*****	**/**/****	00010	***	000	000

Portaria 2.914 de 12/12/2011 - Valores máximos permitidos

Reservatório:					Período:
Parâmetros	Cor	pH	Cloro	Turbidez	Flúor	Coli. Totais
Padrão	até 15UH	6,0 a 9,5	até 5,0	até 5UT	até 1,5 mg/l	Ausente
Vlr. Médio						
Qtde. Análises						

MENSAGENS

FONE: (99) 3555-1895
WHATSAPP: (99) 98859-9046

MULTA		ENCARGOS DIÁRIOS		MÊS(ES) EM DÉBITO
2%	0,79	0,03%	0,01	

VENCIMENTO CONSUMIDOR **15/12/2024**

VALOR R$ **39,25**

PASTOS BONS-CARTORIO DE OFICIO UNICO
IRACY MOTA CAMAPUM - Tabelia
CNPJ:12.122.768/0001-17 - CNS:030858
Av. Domingos Sertao, 1088 Sao Jose CEP:65870000 Pastos Bons-MA

AUTENTICO E DOU FE QUE A COPIA E A
REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA.
Em Test. _____ da verdade. Pastos
Bons-MA, 08/01/2025.

CARTÓRIO OFICIO UNICO

IRACY MOTA CAMAPUM - TABELIA
ATO 13.18 - Emol 5,9[illegible] FERC 0,17 FEMP 0,23 FADEP 0,23
Selo: AUTENT03085RLMKXNVX9SB7JC61-Consulte em selo.tjma.jus.br

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	2026063/2026
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	016/2026
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/MA PARA EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO APOIAGOV, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E AO ACOMPANHAMENTO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MUNICIPAL EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA.
VALOR ESTIMADO:	R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais)

CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c - Inexigibilidade - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado;

CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado;

CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do órgão de assessoramento jurídico, quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para a presente contratação;

APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e;

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 016/2026 para Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c - Inexigibilidade - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026063/2026, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa SEBRAE-MA SERV. DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, CNPJ nº 06.053.847/0001-10, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av

Professor Carlos Cunha, nº s/n, Jaracaty, cidade de São Luís – Maranhão, representada ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO, portador do CPF nº 458.780.804-00. A contratação terá seu valor global no importe de R$ R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), em conformidade com a proposta apresentada.

Pastos Bons – MA, 16 de Setembro de 2026.

José Burnett Pereira da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 03/2025

FOLHAS. Nº 148
PROC. Nº IN 016/26
RUBRICA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE nº 016/2026 para Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c - Inexigibilidade - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026063/2026, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, sediada à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís – MA. A contratação terá seu valor global no importe de R$ R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), em conformidade com proposta apresentada. Pastos Bons – MA, 16 de Setembro de 2026. José Burnett Pereira da Silva, Secretário de Administração.

Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
VOL. V - Nº 01465 / 2026
ISSN – 2965 - 0979
QUINTA – 24 DE SETEMBRO DE 2026
EXECUTIVO

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE nº 016/2026 - 1
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026063/2026 1
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 1
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026 - Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026053/2026 1
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026 - Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026053/2026 4
TERCEIROS
SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

FOLHAS. Nº 149
PROC. Nº IN016/26
RUBRICA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE nº 016/2026 para Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA., nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c - Inexigibilidade - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026063/2026, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, inscrito no CNPJ nº 06.053.847/0001-10, sediada à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís – MA. A contratação terá seu valor global no importe de R$ R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), em conformidade com proposta apresentada. Pastos Bons – MA, 16 de Setembro de 2026. José Burnett Pereira da Silva, Secretário de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026, assinado em 10/09/2026. Objeto: Contratação do SEBRAE/MA para execução da solução ApoiaGov, visando à implantação e ao acompanhamento do Centro de Excelência Municipal em Captação de Recursos Públicos, no Município de Pastos Bons/MA.. Processo Administrativo nº 2026063/2026. Modalidade: Inexigibilidade nº 016/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75, CONTRATADO: SEBRAE-MA SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP DO MA, CNPJ nº 06.053.847/0001-10. Valor Global: R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais). Vigência Inicial: 22 de Setembro de 2026. Vigência Final: 22 de Setembro de 2027. José Burnett Pereira da Silva - Secretário de Administração. Pastos Bons - MA, 22 de Setembro de 2026.

REAVISO DE LICITAÇÃO

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 A Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Lote, objetivando Registro de Preços para contratação de empresa especializada na implantação de solução educacional integrada para implantação do Projeto Educacional de Letramento Digital e Científico, contemplando materiais didático-pedagógicos físicos e digitais, infraestrutura para ambientes de experimentação, equipamentos pedagógicos e tecnológicos, kits para aulas práticas e automação educacional, formação continuada de professores, acesso à plataforma educacional e utilização de software livre de programação visual, alinhada à BNCC, BNCC Computação, Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023), Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e Plano Nacional de Educação, na rede municipal de ensino de Pastos Bons (MA). A sessão será realizada através do Portal Compras Pastos Bons, pelo endereço eletrônico https://www.compraspastosbonsma.com.br/, com data de abertura agendada para 09 de outubro de 2026 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.pastosbons.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Pastos Bons, https://www.compraspastosbonsma.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pastos Bons - MA, 22 de setembro de 2026. Cândido Coelho de Sá Neto. Agente de Contratação/Pregoeiro.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	2026053/2026
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	014/2026
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	Secretaria Municipal de Saúde
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	
OBJETO:	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos destinados à assistência farmacêutica em saúde mental, incluindo medicamentos sujeitos a controle especial, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 796.500,12 (setecentos e noventa e seis mil, quinhentos reais e doze centavos)
VIGÊNCIA INICIAL:	23 de Setembro de 2026
VIGÊNCIA FINAL:	23 de Setembro de 2027

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	Secretaria Municipal de Saúde	CNPJ:	11.885.239/0001-02

FOLHAS. Nº 150
PROC. Nº 1N016/26
RUBRICA

PREFEITURA DE PASTOS BONS
Uma cidade para todos

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal

www.pastosbons.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS - MA
Avenida Domingos Sertão, 1000, São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons – MA
Contato: (99) 98445-7122

www.dom.pastosbons.ma.gov.br

MUNICIPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Dados: 2026.09.24 21:57:37 -03'00'